

## Olivença (1640-1715). População e Sociedade

JOÃO COSME

### RESUMO

*Neste artigo estuda-se a evolução demográfica de Olivença durante o período de 1640 até 1715, respectivamente, a data da revolução independentista portuguesa contra Espanha, e o ano em que os dois países ibéricos assinaram o tratado de paz, após as lutas da guerra da Sucessão à Coroa espanhola.*

*Através do método agregativo, analisam-se as variáveis demográficas, natalidade, nupcialidade, mortalidade e mobilidade. As lutas, iniciadas no ano de 1641, puseram termo ao crescimento da natalidade que se começava a fazer sentir, após a recessão da década de vinte do século XVII. Seria apenas na década de oitenta, deste mesmo século, que a população cresceria de modo significativo.*

Palavras-chave: *Olivença, demografia histórica, população.*

### ABSTRACT

*This paper explains the demographic evolution of Olivenza, between 1640 and 1715, which are, respectively the year of portuguese independ revolution agaisnt Spain and the year in which both iberian countries signed the Peace Treaty after the battles of Spanish Crown's Succession.*

*The demographic variants: fertility, nuptiality, mortality and mobility are analised through the aggregative method. The fights, started in 1641, made an end in the natality growth, which had began after the 1620's decadence. Only in the 17<sup>th</sup> century eighties, the population grew up significantly.*

Key words: *Olivenza, historical demography, population.*

## INTRODUÇÃO

A comunidade dos investigadores reconhece, cada vez mais, a importância da História Local e Regional. Entende-as como a investigação circunscrita a um espaço geográfico segundo perspectivas científicas, nunca esquecendo o todo. É através da inserção das áreas de menor dimensão nos espaços, geograficamente, mais amplos que se deve efectuar este estudo.

Segundo José Mattoso, o ponto de partida da História Local e Regional deve ser o “(...) estudo da relação entre o homem e o espaço habitado que o rodeia”<sup>1</sup>, para que, de seguida, se estabeleça a ligação com o espaço nacional/geral. “O estudo de uma comunidade, de uma região vale pela possibilidade de tentar elucidar problemas de carácter global, cuja importância transcende o espaço geográfico de análise”<sup>2</sup>.

A pretensão de explicar tudo, de um modo massificador, sem atender às especificidades e cambiantes sócio-culturais de um local ou de uma região, tem cada vez menos adeptos<sup>3</sup>, pois estes estudos limitam-se aos grupos dominantes e às estruturas do poder Central, descurando completamente os outros grupos sociais bem como os poderes de cariz regional e local.

Um dos aspectos mais importantes da História Local é o estudo da população, através do qual se podem descortinar os mecanismos subjacentes a certos comportamentos demográficos. Eversley defende que a História Local ganha maior “protagonismo” epistemológico, com a Demografia Histórica, já que o impacto de certos fenómenos (v. g., climáticos, epidémicos, legislativos, bélicos, etc.), tem uma particular e especial incidência em cada um dos agregados populacionais das diferentes localidades.

Por vezes, não se consegue perscrutar estes movimentos olhando apenas para elementos referentes a um todo nacional ou até mesmo regional, já que os factores operantes podem ter, apenas, uma incidência ao nível do

---

<sup>1</sup> *A Escrita da História. Teoria e métodos*, Editorial Estampa, Lisboa, 1988, p. 169.

<sup>2</sup> “História Local e Regional, que perspectivas? Que objectivos?”, in *O Estudo da História. Boletim da Associação de Professores de História*, 2ª série, Lisboa, 1986, p. 81.

<sup>3</sup> Para além da vertente epistemológica, a História Local pode também ter uma função consciencializadora dos habitantes de uma zona para a importância da preservação do património histórico dessa mesma comunidade. Também ao nível pedagógico o recurso à História Local e Regional pode motivar os discentes para o estudo da História Geral, onde as matérias a estudar têm pouca ‘afinidade’ com eles. O fomento de monografias locais e regionais poderia ser uma importante estratégia de motivação dos alunos para o estudo da História do País e/ou da História Geral.

indivíduo, da família ou de uma pequena comunidade. Os factores de âmbito nacional ou internacional têm um impacto reduzido, comparados com as influências locais. Por isso, o estudo da conexão entre oportunidades de emprego e casamento, entre secas e mortes, por exemplo, ganha uma especial pertinência nas investigações históricas locais. Segundo aquele autor inglês, urge estudar os eventos locais, não só porque eles se agigantam na consciência da gente anónima, mas também porque com eles podem erradicar-se algumas interpretações incorrectas existentes na História Geral<sup>4</sup>.

Convém relembrar que, conceptualmente, História da População e Demografia Histórica são disciplinas distintas. Para o efeito, chamamos à colação um breve trecho que Joaquim Manuel Nazareth escreveu a este propósito. Segundo ele,

*“a História da População não é um ramo da Demografia. É um ramo da História. A diferença entre as duas é uma diferença entre substância e metodologia. Enquanto a História da População procura fornecer uma contabilização do estado e dos movimentos das populações no passado, a Demografia Histórica define-se sobretudo a partir das fontes que utiliza e da metodologia que desenvolve para investigar o passado”<sup>5</sup>.*

Desta interessante e didática sistematização conceptual, facilmente, se conclui que a Demografia Histórica tem métodos e técnicas específicas. Aceita-se, actualmente a existência de três métodos: reconstituição de famílias (Henry-Fleury), agregativo (Cambridge) e reconstituição de paróquias (Norberta Amorim). Muito sinteticamente, pode dizer-se que as vantagens do método francês são as desvantagens do inglês e vice-versa<sup>6</sup>. Regra geral, a maior parte das investigações demográficas destinam-se, num plano imediato, a provas académicas; por isso, face à cada vez maior exiguidade dos prazos é necessário proceder a uma reflexão sobre estes métodos. Marcados por um

---

<sup>4</sup> EVERSLEY, D.E.C.: “Population History and Local History”, in *An Introduction to English Historical Demography. From the Sixteenth to the Nineteenth Century*, London, 1966, p. 15.

<sup>5</sup> *Princípios e Métodos de Análise da Demografia Portuguesa*, Editorial Presença, Lisboa, 1988, p. 43.

<sup>6</sup> Sobre a caracterização dos métodos de exploração dos livros de registo paroquial (reconstituição de famílias e exploração anónima), veja-se o artigo de MARTÍN GALÁN, Manuel: “Fuentes y Metodos para el estudio de la Demografia Histórica castellana durante la Edad Moderna”, in *Hispania. Revista Española de Historia*, nº 148 (Madrid, 1981) pp. 309-319. Sobre as vantagens e técnicas da exploração anónima dos registos paroquiais, veja-se, CARDOSO, Ciro F. S. e

grande sentido pragmático, a que certamente, a tradição dos prazos académicos dos “cursos de doctorado” não é alheia, em Espanha usa-se maioritariamente a metodologia agregativa, com a qual se têm produzido bons trabalhos demográficos<sup>7</sup>, infelizmente, pouco conhecidos em Portugal.

### 1. PERSPECTIVA MACRO-DEMOGRÁFICA

O final do século XVII e a primeira metade do XVIII são parcos em informação populacional abrangente da globalidade do País. Todavia, quando dispomos desta informação, é necessário ter cuidados especiais já que pode apresentar problemas. Por exemplo, em algumas fontes, é difícil de precisar a referência cronológica dos dados; os quantitativos estão arredondados à classe das centenas e, até mesmo, dos milhares, o que significa que a exactidão e o pormenor não existem. Outras vezes, os valores referem-se apenas a uma parte do todo (uma só freguesia), quando a localidade tem mais do que uma.

---

PÉREZ BRIGNOLI, H.: *Los métodos de la historia*, p. 135, onde refere que a metodologia agregativa possibilita uma maior rapidez de investigação, permitindo, por isso, ampliar o número de paróquias analisadas, ao mesmo tempo que se aproveita a quase totalidade da informação obtida. No entanto, através dele não conseguimos conhecer alguns aspectos importantes dos comportamentos demográficos, como por exemplo, idade ao matrimónio, intervalos proto e intergenésicos. Convém, todavia, não esquecer o alerta de LEBRUN, François: (“La Demographie Urbaine en France sous L'Ancien Regime. Problemes de Methode”, in *Actas de las I Jornadas de Metodologia Aplicada de las Ciencias Históricas. Vol. III História Moderna*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 273-79) no qual refere que o método de reconstituição de famílias aplica-se, de modo vantajoso, ao estudo das populações rurais, sendo a sua aplicação às populações urbanas cheia de dificuldades já que a dimensão numérica, a mobilidade e heterogeneidade das mesmas são factores de dissuasão. D.E.C. EVERSLEY num excelente artigo, (“Exploitation of Anglican Parish Registers by Agregative Analysis. Aggregation or Reconstitution?”, in *An Introduction to English Historical Demography. From the Sixteenth to the Nineteenth Century*, London, 1966, pp. 44-46) refere que o método de reconstituição de famílias desperdiça muitos dados (“isolated events”), os quais são aproveitados no método agregativo, pelo que os resultados obtidos apresentam-se muito mais representativos da realidade do que os obtidos através do método de reconstituição. Com o intuito de evitar algumas destas críticas, Maria Norberta Amorim propõe um novo método -Reconstituição de Paróquias- (*Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Universidade do Minho, Braga, 1991), onde se podem conjugar informações soltas e personalizadas com os dados dos registos paroquiais.

<sup>7</sup> A título exemplificativo citamos três obras: CARBAJO ISLA, Maria F.: *La poblacion de la villa de Madrid. Desde finales dei siglo XVI hasta mediados dei siglo XIX*, siglo veintiuno editores, Madrid, 1987; ZARANDIETA ARENAS, Francisco: *Almendralejo en los siglos XVI y XVII*, 2 tomos, Almendralejo, 1993; MARCOS MARTÍN, Alberto: *Auge y Declive de un Nucleo Mercantil y Financiero de Castilla la Vieja. Evolución demográfica de Medina del Campo durante los siglos XVI y XVII*, Universidad de Valladolid, 1978.

Noutros casos, ainda, os dados apresentam-se em categorias diversas (fogos e almas), pelo que se torna difícil, quiçá impossível e problemático, efectuar a comparação entre momentos cronológicos diferentes.

Apesar de estarmos conscientes destas adversidades, arriscamo-nos a prescrutar a evolução populacional oliventina durante o período em estudo, pelo que passamos a apresentar os dados disponíveis para Olivença.

DATA	Nº de fogos	Nº de almas
1635-37 <sup>8</sup>	1800	-----
1641 <sup>9</sup>	2000	-----
1657 <sup>10</sup>	-----	1000
final do séc. XVII <sup>11</sup>	2000	-----
1724 <sup>12</sup>	650	-----

<sup>8</sup> Biblioteca Nacional de Lisboa, *Res. 127 A: Relação do Bispado de Elvas*, fl. 16, publicada em 1635, informa: “A primeira villa deste Bispado hé Olivença, consta de 1800 vesinhos”.

O recurso à História Comparada permite corroborar a datação destes dados, já que os censos de Portugal e de Castela ocorreram, geralmente, em datas muito próximas. Segundo Manuel Martín Galán, art. cit., pp. 245-246, refere que entre os anos de 1635-1637, realizou-se, a mandado de Filipe IV, um ‘inventário’ da população castelhana. Também David-Sven REHER e VALERO LOBO, *Ángeles: Fuentes de información demográfica en España*, Cuadernos Metodológicos, nº 13, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1995, p. 18 informa que: “En 1625 y 1635-37 fueron realizados sendos recuentos (para recaudar donativos) pedidos en tiempos del reinado de Felipe IV”. Porém, VERÍSSIMO SERRÃO, Joaquim: “Uma estimativa da População em 1640”, in *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Edições Colibri, 1994, p. 161 defende que a “feitura das ‘notícias’ referentes a Portugal [realizou-se] entre os anos de 1637 e 1640”.

<sup>9</sup> ANTT, *Cortes*, maço 12, nº 1, fl. 4. Cf. a publicação do texto dos Capítulos Especiais, apresentados pelos Procuradores do concelho de Olivença às Cortes de 1641, in COSME, João: *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)*, Câmara Municipal de Mourão, 1996, pp. 302-320.

<sup>10</sup> LEDESMA ABRANTES, Ventura: *O Património da Sereníssima Casa de Bragança em Olivença*, p. 300.

<sup>11</sup> Este quantitativo foi retirado da obra do Padre António CARVALHO DA COSTA: *Corografia Portuguesa*. Sobre a data e a obra, bem como a sua dimensão demográfica, cf. Henrique Jorge Coutinho de Almeida Monteiro, *A População Portuguesa por 1700*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à FLUP, Porto, 1997, policopiada.

<sup>12</sup> Arquivo Municipal de Elvas, *Colecção Lavadinho*, Diversos, doc. nº 265, fls. 3-3 v. Este valor reporta-se apenas à freguesia de Santa Maria do Castelo (Matriz).

A prova da importância de Olivença, como agregado populacional, encontra-se no capítulo vigésimo sexto, apresentado pelos Procuradores oliventinos às Cortes de 1641. Nele, pediram que lhe fosse concedido o título de cidade. Argumentavam que rondava os dois mil vizinhos e tinha duas freguesias e dois conventos (um masculino e outro feminino). Este valor está em consonância com os quantitativos apresentados para as “vésperas da Restauração”. Aceita-se por isso que Olivença, na transição da década de trinta para a de quarenta do século XVII, teria entre oito a nove mil habitantes.

Com o início das lutas, em 1641, a população abandonou o termo em direcção à vila. Apesar deste fluxo, em 1657, a sede teria apenas cerca de mil almas. Neste mesmo ano foi ocupada, ficando sob o controlo castelhano até 1668. Após a entrega do concelho à jurisdição portuguesa iniciou-se o seu repovoamento. Todavia, os conflitos militares ocorridos por ocasião da Guerra da Sucessão à Coroa espanhola, provocaram novos “estragos” populacionais, neutralizando a revitalização demográfica em curso. Durante este conflito, a população oliventina foi, mais uma vez, fortemente penalizada.

Os quantitativos existentes antes do 1º de Dezembro de 1640, ainda não tinham sido recuperados em 1724, facto que se continuou a verificar em meados do século XVIII.

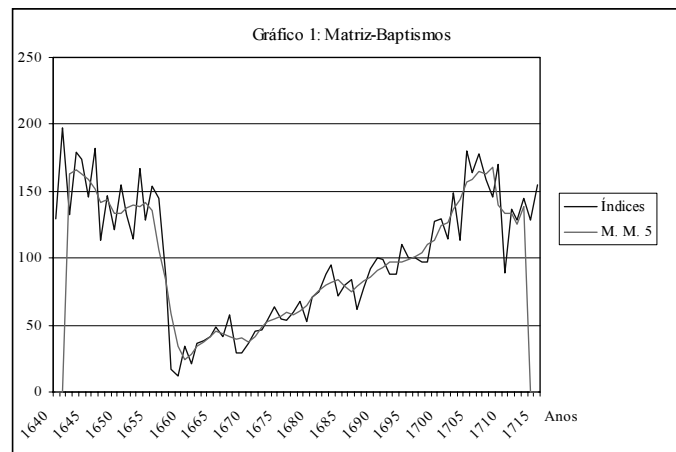
Esta breve análise macro-demográfica permite apresentar os valores conhecidos em momentos isolados. Porém, como se sabe, a evolução populacional não ocorre de forma rectilínea e gradual, mas tem sentidos e oscilações diversas. Por isso, utilizaremos o método agregativo para tentar descortinar as balizas temporais dessas mudanças, assim como as suas tendências.

Em conformidade com esta perspectiva, passaremos a analisar as variáveis demográficas, natalidade, mortalidade, nupcialidade e mobilidade.

## 2. A NATALIDADE

### 2.1. Evolução Quantitativa da Natalidade

#### SANTA MARIA DO CASTELO - MATRIZ



Tal como se observa no gráfico anterior, as linhas dos índices e das médias móveis traçam uma descida até finais da década de cinquenta/princípios da de sessenta. A partir desta época nota-se uma subida até meados da primeira década do século XVIII.

Para sedimentar estas asserções, sistematizámos os dados por décadas.

<b>Década</b>	<b>nº de casos</b>	<b>%</b>	<b>média anual</b>
1640-49	1157	19.9	115.7
1650-59	845	14.6	84.5
1660-69	286	4.9	28.6
1670-79	409	7.0	40.9
1680-89	606	10.4	60.6
1690-99	766	13.2	76.6
1700-09	1143	19.7	114.3
1710-15	596	10.3	99.3
<b>TOTAL</b>	<b>5808</b>	<b>100</b>	<b>76.4</b>

Confirma-se, assim, que a década de sessenta foi a que apresentou menor número de baptismos. Convém relembrar que a povoação esteve sob o domínio castelhano desde 1657 até 1668. Praticamente são imperceptíveis as reduções ocorridas a partir de 1704-1705. Tal facto é compreensível, já que foi durante os anos de 1708 a 1712 que os conflitos bélicos aqui tiveram maior incidência, e, por consequência, a natalidade registou uma queda significativa.

A evolução quantitativa da Matriz de Olivença aponta a existência de quatro ciclos, cujos valores da tendência são os seguintes:

1640-1656:  $m = -1,45$

1657-1668:  $m = +0,30$

1669-1709:  $m = +3,07$

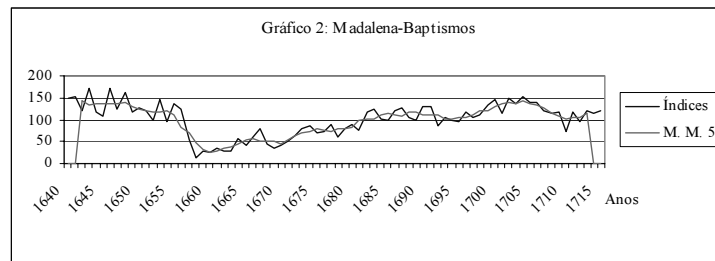
1710-1715:  $m = +9,0$



Durante o período que estudámos, a natalidade teve o seu pico máximo no ano de 1641. A partir desta data começou a decair. Durante os primeiros anos em que a vila esteve ocupada, o número de nascimentos diminuiu drasticamente em resultado do abandono de parte significativa dos seus habitantes, registando o pico mínimo dos baptismos em 1658-1659. Porém, durante os anos finais da ocupação, a natalidade reanimou-se. Este facto pode ter por base o regresso de alguns dos antigos moradores que, após terem abandonado as suas casas em 1657, tornaram ao seu espaço mesmo antes da vila voltar à posse portuguesa em 1668; mas também porque foi nesta freguesia que se concentraram os soldados que vieram guardar a povoação durante o domínio espanhol.

Após a assinatura do Tratado de 1668, deu-se o repovoamento. O clima de paz proporcionou o renovar do crescimento da natalidade, que as lutas da Guerra da Sucessão vieram a interromper. Depois desta suspensão conjuntural, o movimento natal denotou sinais de recuperação.

### SANTA MARIA MADALENA



Tal como já se verificou na Matriz, as linhas dos índices e das médias móveis referentes aos registos de baptismos da freguesia da Madalena, apresentam uma descida até princípio da década de sessenta. A partir desta data, voltam a subir até meados da primeira década de Setecentos. As lutas da Guerra de Sucessão à Coroa espanhola voltaram a inibir a dinâmica crescente dos nascimentos.

Para melhor alicerçarmos esta afirmação apresentamos um quadro-síntese, por décadas, com os valores globais:

<b>Década</b>	<b>n° de casos</b>	<b>%</b>	<b>média anual</b>
1640-49	976	18.4	97.6
1650-59	658	12.4	65.8
1660-69	303	5.7	30.3
1670-79	483	9.1	48.3
1680-89	737	13.9	73.7
1690-99	779	14.7	77.9
1700-09	928	17.4	92.8
1710-15	449	8.4	74.8
<b>TOTAL</b>	<b>5313</b>	<b>100</b>	<b>69.9</b>

Nota-se também aqui, que, à semelhança da Matriz, foi na década de sessenta que se registou menor número de batismos. Tal como já dissemos, esta ocorrência é totalmente justificável, já que a povoação esteve sob o domínio castelhano de 1657 até 1668. As reduções apresentadas nos anos de 1710-1715 tiveram como causa o reinício dos conflitos bélicos da Guerra da Sucessão, cujos efeitos se notaram mais acentuadamente de 1708 a 1712.

Complementando o estudo da evolução quantitativa, encontramos quatro ciclos:

1640-1656:m=-1.82

1657-1668:m=+3.01

1669-1709:m=+1.99

1710-1715:m=+6.94

Constata-se pois, que, após 1640, a natalidade começou a decair, apresentando em ambas as freguesias uma tendência com valor negativo. A ocupação da vila, em 1657, levou ao abandono da mesma pela quase totalidade dos seus habitantes, o que motivou uma queda brusca e notória do número de baptismos no final dos anos cinquenta/princípios de sessenta. O movimento natal voltou a reanimar-se nos anos finais da ocupação. A assinatura do Tratado de Paz, em 1668, possibilitou o seu reprovamento pelos portugueses, facto que fez interromper o crescimento que estava a ocorrer e reiniciar um novo ciclo. As lutas da Guerra da Sucessão provocaram uma nova suspensão conjuntural dos nascimentos.

Analisando comparativamente os valores das duas freguesias de Olivença, pode alegar-se que foi na Matriz que se notaram, de forma mais acentuada, os efeitos da ocupação. Esta asserção encontra eco no facto de que, nas décadas anteriores à conquista em 1657, o número bruto de registos da freguesia da Matriz era superior ao da Madalena. Por sua vez, durante a presença castelhana o número de baptismos desta ultrapassou os valores que se observaram naquela, voltando a superá-los apenas no início do século XVIII.

## 2.2. Sazonalidade

A determinação dos meses de concepção e nascimento é um dos aspectos mais interessantes do estudo da natalidade. Estas opções têm por base factores de ordem diversa, tais como religiosos, culturais, mentais e ambientais. Com a detecção destas influências nas práticas da fertilidade, a Demografia Histórica dá um precioso contributo ao estudo objectivo da História da Cultura e Mentalidades que, por vezes, é exercitada sem recurso a qualquer método e assenta em diletantismos opinativos pessoais.

Embora os livros de registos paroquiais refiram a data do baptismo, e não do nascimento, é possível calcular, com uma pequena margem de erro, o mês da concepção, já que a prática do sacramento do baptismo se deveria realizar oito dias, no máximo doze, depois do parto<sup>13</sup>. Pode, assim, calcular-

---

<sup>13</sup> *Primeiras Constituições Sinodais do Bispado d'Elvas...*, título III, § 1, prescrevia que o baptismo devia ser realizado dentro de oito dias após o parto. No caso de se ter procedido ao baptismo de emergência, o prazo de apresentação na igreja para aposição dos óleos e restante cerimonial não devia ultrapassar o décimo segundo dia de vida do recém-nascido.

se o mês da concepção. Basta recuar nove meses lunares a partir do mês em que se realizou a cerimónia baptismal.<sup>14</sup>

Para melhor compreensão dos acontecimentos, passamos a apresentar por freguesia e por períodos cronológicos<sup>15</sup>, o comportamento estacional das concepções/ nascimentos.

#### SANTA MARIA DO CASTELO-MATRIZ

Concepção	Nascimento	Número de casos				Porcentagem				Índices			
		1640 // 1657	1658 // 1668	1669 // 1703	1704 // 1715	1640 // 1657	1658 // 1668	1669 // 1703	1704 // 1715	1640 // 1657	1658 // 1668	1669 // 1703	1704 // 1715
Abril	Janeiro	236	31	273	135	11.9	10.8	12.5	10.0	140	128	147	117
Mai	Fevereiro	229	27	227	127	11.6	9.4	10.4	9.4	149	122	134	121
Junho	Março	218	22	188	108	11.0	7.7	8.6	8.0	129	94	101	94
Julho	Abril	156	16	156	101	7.9	5.6	7.1	7.5	96	68	87	91
Agosto	Mai	159	24	157	92	8.0	8.4	7.2	6.8	94	98	84	80
Setembro	Junho	120	14	152	106	6.1	4.9	6.9	7.8	74	60	84	95
Outubro	Julho	133	29	127	86	6.7	10.1	5.8	6.4	80	120	68	74
Novembro	Agosto	131	25	160	99	6.6	8.8	7.3	7.3	78	103	86	86
Dezembro	Setembro	133	17	170	125	6.7	6.0	7.8	9.2	82	73	94	112
Janeiro	Outubro	148	26	207	106	7.5	9.1	9.5	7.8	88	107	111	92
Fevereiro	Novembro	166	26	184	144	8.4	9.1	8.4	10.6	102	111	102	129
Março	Dezembro	151	29	187	125	7.6	10.1	8.5	9.2	90	120	100	108

<sup>14</sup> CIRO CARDOSO, F. S. e PÉREZ BRIGNOLI, H.: *Ob.cit.*, p. 150 e HENRY, Louis: *Técnicas de Análise Demográfica*, pp. 68-70.

<sup>15</sup> Em virtude do nosso estudo se estender por 76 anos, durante os quais aconteceram múltiplos fenómenos de natureza político-militar, resolvemos dividi-lo em períodos para, assim, se perceberem as mutações dos comportamentos demográficos. Tendo em consideração os comentários de Louis Henry (*ob. cit.*, p. 68), de CIRO F. S. Cardoso e H. PÉREZ BRIGNOLI (*ob. cit.*, p. 151) e de Maria Norberta SIMAS BETTENCOURT AMORIM (*Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, p. 146) resolvemos dividir a época em quatro períodos. O critério subjacente a esta opção prende-se com as fases vividas neste espaço. Durante o primeiro período (1640-1657), a vila esteve sob a soberania portuguesa; de 1658-1668, esteve sob jurisdição castelhana; durante o 3º (1669-1703) voltou à posse portuguesa e viveu uma época de paz; durante o último (1704-1715) voltaram a verificar-se conflitos bélicos. Sempre que nas páginas seguintes nos referirmos a períodos cronológicos, as suas balizas serão as que aqui acabamos de referir, cujos critérios de divisão também enunciámos.

A distribuição mensal dos batismos registados na Matriz revela que, no primeiro período (1640-1657), Fevereiro e Janeiro foram os meses com maior concentração de batismos. A partir de Abril, os índices são todos inferiores a cem, salvo o de Novembro com 102. No segundo período, Janeiro e Fevereiro continuaram a ocupar os lugares cimeiros, enquanto que os quatro meses seguintes tiveram valores abaixo de cem, cujo patamar voltou a ser ultrapassado a partir de Julho. Nestes dois primeiros períodos, Junho foi o mês com menor número de nascimentos.

No terceiro momento, o mês de Janeiro voltou a ocupar o primeiro lugar. De Abril até Agosto, os índices desceram para valores inferiores a cem, sobrepondo-se este limiar nos meses seguintes, com especial destaque para o pico máximo secundário de Novembro e de Dezembro. As asserções acabadas de fazer são, na maior parte, válidas para o quarto período. Constituíram excepção, o mês de Fevereiro que ocupou o primeiro lugar e Abril que passou para o último, posição que na fase anterior fora ocupada por Julho.

#### SANTA MARIA MADALENA

Concepção	Nascimento	Número de casos				Porcentagem				Índices			
		1640 // 1657	1658 // 1668	1669 // 1703	1704 // 1715	1640 // 1657	1658 // 1668	1669 // 1703	1704 // 1715	1640 // 1657	1658 // 1668	1669 // 1703	1704 // 1715
Abril	Janeiro	169	45	270	102	10.5	14.6	11.2	10.3	124	172	132	120
Maio	Fevereiro	176	19	227	104	11.0	6.2	9.5	10.5	141	80	122	135
Junho	Março	164	24	209	95	10.2	7.8	8.7	9.5	120	91	102	112
Julho	Abril	127	27	169	56	7.9	8.8	7.0	5.6	96	107	84	64
Agosto	Maio	118	18	178	73	7.4	5.9	7.4	7.3	86	69	87	86
Setembro	Junho	120	19	138	83	7.5	6.2	5.7	8.3	91	75	70	101
Outubro	Julho	103	16	132	60	6.4	5.2	5.5	6.0	75	62	65	71
Novembro	Agosto	95	26	177	69	5.9	8.4	7.4	6.9	69	100	87	81
Dezembro	Setembro	124	22	207	74	7.7	7.1	8.6	7.4	94	87	105	90
Janeiro	Outubro	126	25	211	82	7.9	8.1	8.8	8.2	92	96	103	97
Fevereiro	Novembro	134	38	240	102	8.3	12.3	10.0	10.3	101	151	121	124
Março	Dezembro	149	29	246	96	9.3	9.4	10.2	9.7	109	112	120	113

A natalidade apresentou várias oscilações comportamentais, ao longo dos quatro épocas referidas. Assim, na primeira, os meses de Fevereiro, Janeiro

e Março ocuparam os lugares cimeiros no tocante ao número de nascimentos. Os meses seguintes tiveram médias percentuais com valores inferiores a cem, destacando-se o mês de Agosto com o menor número de baptismos, cujos quantitativos estiveram muito próximos de cem em Novembro e Dezembro. No segundo período houve grandes mutações. Janeiro ocupou o primeiro lugar e Novembro o segundo: os restantes valores oscilaram, obtendo-se em Julho os picos mínimos dos registos.

Por sua vez, a distribuição dos nascimentos alcançou maior uniformização no terceiro período, já que Janeiro e Fevereiro se quedaram pelos primeiros lugares. De Abril até Agosto, as médias ficaram abaixo do patamar cem e só voltaram a subir em Setembro e Outubro, para apresentarem um pico máximo secundário em Novembro e Dezembro. Julho distinguiu-se, mais uma vez, como o mês com menor número de nascimentos. No último período, Fevereiro ocupou o primeiro lugar, seguindo-se-lhe Novembro e Janeiro. Abril foi o mês com menos nascimentos enquanto que os meses consecutivos, até Outubro, obtiveram índices inferiores a cem.

Em síntese, pode dizer-se que os movimentos das concepções manifestou-se similar ao longo dos vários períodos nas duas freguesias. Salvo raras excepções, o bloco temporal decorrente de Julho a Novembro, foi o que registou menor valor de concepções; por oposição, a maior parte das concepções concentrou-se nos meses de Fevereiro a Maio.

Em nosso entender, o início da Primavera (factor de ordem ambiental e climático) foi determinante na concentração do pico máximo das concepções nos meses de Abril e Maio ao longo da época do nosso estudo. Nos meses seguintes, a realização das actividades económicas motivou a diminuição do número das concepções que ganharam novo “fôlego” nos meses de Janeiro e Fevereiro.

### 2.3. Índice ou Relação de Masculinidade ao Nascimento

Através desta medida conhece-se o número de crianças que nasceram do sexo masculino, por cada cem raparigas nascidas no mesmo período cronológico. Os resultados obtidos foram os seguintes:

Freguesia	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	SOMA
Matriz	110,6	88,2	112,2	103,9	108,4
Madalena	104,2	105,3	107,4	102,4	105,4

Os valores apresentados mostram que, regra geral, o número de nascimentos de crianças do sexo masculino foi superior ao do sexo feminino. Os quantitativos rondaram os 105 rapazes por cada 100 raparigas. Este valor está em consonância com os padrões referidos por Louis Henry<sup>16</sup>. A única exceção ocorreu, no 2º período, na Matriz oliventina que se ficou com um valor muito inferior; todavia, logo ultrapassado no terceiro momento.

Creemos que tal diferença significa uma mera discrepância conjuntural ou, até mesmo, um subregisto dos nascimentos das crianças do sexo masculino.

## 2.4. Ilegitimidade e Filiação Desconhecida

### 2.4.1. Ilegitimidade

A distinção entre filho legítimo e ilegítimo institucionalizava-se a partir do momento em que o novo “Ser” era baptizado. Na acta da ocorrência da cerimónia baptismal, o sacerdote, dando sequência aos ditames sinodais, exarava um “rótulo” sobre o novel sacramentado. Para melhor conhecimento desta realidade, passamos a apresentar um quadro organizados em função das tipologias referenciadas nos livros paroquiais:

Freguesia	Mãe Livre		Mãe Escrava		Pai Conhecido		Dois Progenitores		SOMA
	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	
Matriz	48	19.6	79	32.2	8	3.3	110	44.9	245
Madalena	81	29.7	99	36.3	2	0.7	91	33.3	273
SOMA	129	24.9	178	34.4	10	1.9	201	38.8	518

Pode confirmar-se que, *grosso modo*, o tipo de ilegitimidade mais frequente foi o de *nome de mãe conhecida/nome de pai desconhecido*. A este propósito, as *Constituições Sinodais* do Arcebispado de Braga, no título II, constituição VIII, estipulava que “se os ditos baptizados não forem [h]avidos de legítimo matrimonio não se nomeará no assento mais que a mãe”.

<sup>16</sup> *Técnicas de análise em Demografia Histórica*, pp. 26-27.

No cômputo global da ilegitimidade das duas freguesias, o número de casos de filhos (com nome de pai omitido) de mãe escrava foi muito idêntico ao de mãe livre, respectivamente, com 40,2% e 39,8%.

Para uma análise mais elucidativa, passaremos a apresentar alguns exemplos, a fim de que, deste modo, se possa caracterizar este problema social. Por exemplo, o baptizado realizado em 4 de Abril de 1677 refere:

*“Ilena, filha ilegítima de Maria Martins, viuva<sup>17</sup>”;*

O prior da freguesia da Matriz, ao registar o baptismo efectuado em 22 de Novembro de 1687, exarou o seguinte assento:

*“(...) baptizei a Luis, filho ilegítimo de Luiza da Silva, veuva que ficou de Manuel Mendes, rachador; e por que não faça duvida dar-se ao mesmo marido, digo que pario depois do marido morto pasante de dois annos<sup>18</sup>”.*

Detecta-se, assim, que a debilidade sócio-económica esteve interligada com a ilegitimidade. Outras vezes, os priores das diversas freguesias não tiveram em conta a norma sinodal referida e assentaram o nome dos progenitores. Este facto desviava-se do estipulado nas *Constituições Sinodais do Arcebispado de Évora* que, no título I, capítulo VI, prescrevia que o celebrante deveria assentar “o nome da criança que baptizar e de seu pay e may, sendo [h]avidos por marido e mulher”.

Este tipo de ocorrência sucedeu, com alguma frequência, em Olivença. A causa deste comportamento deve estar conexas com a permanência de grandes contingentes militares nesta localidade, os quais estavam “imunes às críticas” que a situação poderia gerar. A título exemplificativo apontamos alguns casos. No registo realizado em 28 de Maio de 1642, o prior escreveu o seguinte texto:

*“Manuel, filho natural de Manuel Bravo, soldado, e de Pellonia Roiz, ambos solteiros<sup>19</sup>”;*

---

<sup>17</sup> Arquivo Municipal de Elvas (A.M.E.), *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia Matriz, Maço 8 (Misto)*, L.º 5, fl. 232v.

<sup>18</sup> *Ibidem, Maço 12 (Baptizados)*, L.º 2, fl. 79.

<sup>19</sup> A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia Matriz, Maço 12 (Baptizados)*, L.º 1, fl. 56.



Outro exemplo interessante encontra-se no baptismo realizado em 7 de Abril de 1687, cujo trecho é o seguinte:

*“Domingos, filho de Catarina Francisca, molher exposta, e de Gaspar Fernandez, soldado, o qual pai pus neste assento por elle assim o consentir”<sup>20</sup>.*

Outras vezes, a mobilidade espacial causada pelos conflitos bélicos, facilitou as relações ilegítimas, como por exemplo, no caso descrito no assento de 17 de Novembro de 1643:

*“Manuel Roiz, filho natural de Maria Roiz, a serrana, que veio de Talliga, e de Nicolao Gonçalvez, o qual mandou dizer o assentassem por seu filho”<sup>21</sup>.*

Todavia, nem sempre, os progenitores autorizavam que o seu nome fosse exarado nos livros paroquiais, conforme se confirma pelo extracto do baptismo realizado em 8 de Julho de 1715:

*“Domingos, filho natural de Lionor Arcangella de Sampayo que dis ser filho de Domingos Mendes Ramos, o qual nega ser seu filho e assim mo afirmou”<sup>22</sup>.*

Por último, em nítida oposição à norma sinodal que, no caso da ilegitimidade, recomendava o exclusivo assento do nome da mãe, encontramos alguns casos de referência única ao nome do pai. Embora, o número de casos detectados seja pouco significativo, convém dizer, no entanto, que foi um fenómeno que teve especial incidência na Matriz de Olivença. Seguindo a metodologia anterior, vamos apresentar alguns exemplos, começando pelo baptismo realizado em 10 de Março de 1651:

*“Maria, filha encuberta do mestre de campo Bartolomeu de Vasconce-los e não sei quem hé a may”<sup>23</sup>.*

---

<sup>20</sup> *Ibidem*, L<sup>o</sup> 2, fls. 75-75 v. O baptismo realizado em 28 de Janeiro de 1648, é outro exemplo, do que acabamos de afirmar, cujo texto é o seguinte: “Maria, filha expuria de Bento Martinz, soldado, e de Catarina Vieira, escrava de André Vieira” (*Ibidem*, fi. 118v).

<sup>21</sup> A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia Matriz. Maço 12 (Baptizados)*, L<sup>o</sup> 1, fl. 84.

<sup>22</sup> *Ibidem*, L<sup>o</sup> 4, fl. 96 v. Itálico da nossa autoria.

<sup>23</sup> *Ibidem*, fl. 144v.

Outro exemplo encontra-se no assento do baptismo realizado em 8 de Junho de 1659:

*“Alonço, filho espurio do capitam D. Alonço”.*

À margem tem a seguinte nota:

*“não quizeram dar o nome da mai”<sup>24</sup>.*

Em síntese, pode dizer-se que nos últimos exemplos existe uma particularidade comum: o progenitor era militar.

Passamos, agora, a caracterizar a ilegitimidade, na sua evolução temporal, pelo que apresentamos as taxas<sup>25</sup> de ilegitimidade por períodos:

Freguesia	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	TOTAL
Matriz	63,64	48,95	36,56	18,46	42,18
Madalena	92,21	61,69	30,78	32,13	51,38

Após a observação dos resultados obtidos surge, de imediato, uma primeira inferência que se prende com a diminuição das taxas de ilegitimidade com o decurso do tempo. Em perfeita consonância com esta asserção, pode referir-se que a taxa de ilegitimidade da freguesia da Madalena, nas primeiras quatro décadas de Seiscentos, se cifrou<sup>26</sup> em 85,49 por mil. Face a tais resultados constatamos que a evolução neste espaço raiano foi idêntica à observada por Maria Norberta Amorim para Guimarães, pelo que a citamos:

*“Na segunda metade do século XVII parece ter havido uma forte retracção nas relações ilegítimas, não sabemos se por influência da Igreja que pressionava para que fossem abandonados a convivência íntima entre os noivos e o concubinato, se por tais relações se terem tomado por reflexo mais escandalosas aos olhos da sociedade, se por influência das migrações, ou se por melhoria de condições de existência das mulheres que precisavam sozinhas de prover ao seu sustento. Logo no início do*

<sup>24</sup> *Ibidem*, freguesia da Madalena, Maço 3 (Baptizados), L<sup>o</sup> 3, fl. 3.

<sup>25</sup> Cf. a fórmula em Ciro F. S. Cardoso e H. Pérez Brignoli, *ob. cit.*, p. 151.

<sup>26</sup> João dos Santos Ramalho Cosme: *Ob. cit.*, pp. 74-78.

*século XVIII e até meados do mesmo, demarca-se uma subida na filiação natural conhecida*<sup>27</sup>.

Ao procedermos à comparação dos nossos valores com os resultados de duas localidades da Extremadura espanhola, observamos que são muito similares aos 75,5 88,65 ou 61,72 por mil, observados por Alfonso Rodriguez Grajera<sup>28</sup>, para Mérida, para os períodos, respectivamente, de 1600-1623, 1624-1678 e 1685-1699. Também não diferem muito dos 68,89 por mil, encontrados por Fernando Cortés Cortés<sup>29</sup> para Zafra, no século XVII.

Constata-se, assim, que houve uma redução das taxas de ilegitimidade ao longo do século XVII, situando-se o valor mais elevado entre 1640 e 1657. Uma possível explicação para o caso oliventino pode encontrar explicação na presença de um elevado contingente militar, algo propício ao desenvolvimento das concepções fora do quadro matrimonial.

#### 2.4.2. *Progenitores Desconhecidos*

Dentro deste tipo (Filiação Desconhecida) convém distinguir os que foram rotulados de “expostos ou enjeitados” e os que foram registados sem qualquer referência à sua situação jurídica e sócio-familiar. Convém realçar que, embora em alguns casos existam indícios de que estas crianças eram ilegítimas, não se pode afirmar genericamente que, aqueles cujos nomes dos progenitores não ficaram exarados, nasceram fora da instituição matrimonial<sup>30</sup>.

Tal como acabámos de mencionar, existem casos em que se confirma que as crianças cujos nomes dos progenitores se desconhecem, eram ilegítimas, conforme se vê pelo extracto que passamos a transcrever:

*“Antonio [h]avido de segredo”.*

---

<sup>27</sup> Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim: *Ob. cit.*, p. 231.

<sup>28</sup> *La población de Mérida en el siglo XVII*, p. 54.

<sup>29</sup> *La población de Zafra en los siglos XVI y XVII*, p. 39.

<sup>30</sup> Sobre esta problemática, veja-se Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim: *Ob. cit.*, pp. 250-272; T. Egidio: “Aportación a estudio de la demografía española: los niños expósitos de Valladolid (siglos XVI-XVIII)” in *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada a las Ciencias Históricas*, vol. III, p. 335. Cf. ainda, notas 67-69.

Nota á margem:

*“morreo aos 14 do mesmo (...) e por ser de mulher casada se não nomeam paes”<sup>31</sup>.*

Para melhor conhecimento deste grupo e porque, como acima referimos, não se pode generalizar que todos estes registos são de filhos ilegítimos, vamos apresentar um quadro-síntese com os resultados obtidos, subdividindo-os conforme estão, ou não, “rotulados” de “expostos”/“enjeitados”:

Freguesia	Enjeitados/Expostos					Pais não referidos				
	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	SOMA	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	SOMA
Matriz	10	2	13	35	60	68	1	19	9	43
Madalena	5	2	5	-	12	14	1	2	5	12

Os quantitativos apresentados permitem enunciar que o número de expostos da Matriz foi muito superior ao da freguesia da Madalena.

Para se compreender a evolução do comportamento familiar durante a época em estudo, à semelhança do que fizemos para a ilegitimidade, apresentamos a taxa de filiação desconhecida.

Freguesia	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	TOTAL
Matriz	12.,12	10.49	14.62	32.50	17.73
Madalena	5.61	3.25	3.43	5.02	4.52

Observa-se, assim, que, contrariamente à ilegitimidade, os valores aumentaram à medida que o tempo passou. Este facto pode ser um elemento de justificação do retrocesso da taxa de ilegitimidade.

<sup>31</sup> A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia Matriz. Maço 12 (Baptizados)*, L<sup>o</sup> 1, fl. 30 v.

Em jeito de síntese apresentaremos a estrutura da natalidade por períodos. Por uma questão de simplificação metodológica daremos todos os resultados da freguesias oliventinas por períodos:

Freguesia	Legítimos		Ilegítimos		Expostos		Prog. Desc.		TOTAL
	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	
<b>1640-1657</b>									
Matriz	1830	92.4	126	6.4	10	0.5	14	0.7	1980
Madalena	1448	90.2	148	9.2	5	0.3	4	0.2	1605
<b>1658-1668</b>									
Matriz	269	94.1	14	4.9	2	0.7	1	0.3	286
Madalena	286	92.9	19	6.2	2	0.6	1	0.3	308
<b>1669-1703</b>									
Matriz	2076	94.9	80	3.6	13	0.6	19	0.9	2188
Madalena	2323	96.6	74	3.1	5	0.2	2	0.1	2404
<b>1704-1715</b>									
Matriz	959	96.3	32	3.2	0	-	5	0.5	996
Madalena	1285	94.9	25	1.8	35	2.6	9	0.7	1354
<b>Global</b>									
Matriz	5460	94.0	245	4.2	60	1.0	43	0.7	5808
Madalena	5016	94.4	273	5.1	12	0.2	12	0.2	5313

Em consonância com o que afirmámos, nota-se que no século XVII, as percentagens de filhos legítimos aumentaram. Porém, esta tendência sofreu uma suspensão durante último período. O motivo mais plausível para este comportamento deve-se à concentração de soldados na vila por ocasião da Guerra da Sucessão. Por sua vez, o número dos expostos aumentou, facto que, também, pode explicar a diminuição do número de ilegítimos.

#### 2.4.2.1. *Repartição dos baptizados por sexo*

Dado os resultados serem diminutos, apenas os apresentaremos, no seu cômputo global. Assim, temos:

Expostos		Prog. Desc.		SOMA	
Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
32	40	36	19	68	59

A leitura destes elementos, conjugada com a comparação<sup>32</sup> dos valores de 1600-1640, permite afirmar que houve uma atitude comportamental, em que foram expostas mais crianças do sexo feminino do que masculino. Pelo contrário, o número de crianças sem o nome dos progenitores exarado nos registos, mas não rotulados de “expostos”, foi constituído por um maior número de elementos do sexo masculino. Estas diferenças neutralizaram-se mutuamente, levando a que o somatório destas duas categorias se equivalessem quantitativamente. Algo já detectado em Guimarães<sup>33</sup>, para a época anterior a 1740.

#### 2.4.2.2. *Local de abandono*

Regra geral, os registos são parcos em informações sobre o local em que as crianças eram “enjeitadas”. Apesar de tudo, excepcionalmente, encontramos algumas referências sobre o local de abandono. Através dos registos sabemos que a maior parte das crianças foi colocada à porta da Misericórdia, já que, num total de doze exposições com local referenciado, sete foram postos junto desta instituição; outros três foram encontrados à porta de outras instituições religiosas. Para um melhor conhecimento desta situação, passamos a transcrevê-los:

“*Maria, enjeitada, que foi achada à porta de São Lázaro*”<sup>34</sup>;  
 “*Brizida, enjeitada à porta de Santo António*”<sup>35</sup>;

<sup>32</sup> João dos Santos Ramalho Cosme: *Ob. cit.*, pp. 93-94.

<sup>33</sup> Maria Norberta Simas Bettencourt Amorim: *Ob. cit.*, p. 257.

<sup>34</sup> A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia da Madalena, Maço 3 (Baptizados)*, L.º 2, fl. 24v.

<sup>35</sup> *Ibidem*, fl. 123v.

*“Isabel, exposta em a noite de sexta feira mayor, que se contaram sinco de Abril da ditta era; achada junto ao convento de S. Francisco desta vila por hum soldado”<sup>36</sup>.*

Finalmente, dois foram abandonados junto de espaços particulares. Estiveram nesta situação:

*“Maria posta em casa de Pero Martinz, acarretador, a qual trazia hum escrito que fosse bautisada nesta Matris”<sup>37</sup>.*

Em síntese, pode concluir-se que a assistência às crianças expostas era prestada essencialmente pelas instituições de cariz sócio-religioso e pela câmara.

## 2.5. Baptismos de Emergência e Respectiveos Ministrantes

Quando os recém-nascidos corriam perigo de vida, a Igreja recomendava que o novel Ser fosse baptizado. Para que mais facilmente se conseguisse baptizar a totalidade dos nascidos, em perigo de vida, as *Constituições Sinodais* determinavam que alguns leigos poderiam ministrar os baptismos<sup>38</sup>. A mortalidade neo-natal precoce e neo-natal deve-se essencialmente a factores intrínsecos e extrínsecos à parturiente; por isso, estes dados podem tornar-se indicadores importantes das condições de vivência humana, quer ao nível individual quer ao nível ambiental.

Para melhor se analisar e compreender o ritmo dos baptismos de emergência, passamos a apresentar as respectivas taxas:

Freguesia	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	TOTAL
Matriz	14.65	48.95	36.11	34.71	29.10
Madalena	29.28	38.96	45.34	31.12	37.46

<sup>36</sup> *Ibidem*, freguesia Matriz, Maço 12 (Baptizados), L.º 3, fl. 70.

<sup>37</sup> *Ibidem*, freguesia Matriz, Maço 12 (Baptizados), L.º 1, fl. 31.

<sup>38</sup> *Primeiras Constituições Sinoadaes do Bispado d'Elvas*, título III, § 3, fl. 11.

Regra geral, os valores mais elevados situaram-se no segundo e terceiro períodos. Este facto induz a concluir que o aumento do número de nascimentos, após o tratado de paz de 1668, teve como reverso o aparecimento de um maior número de nascidos em perigo de morte. Outro factor que teria contribuído para esta ocorrência foi o esforço de maior apoio e prática religiosa nas diversas comunidades. Importa dizer que, em consonância com esta afirmação, os quantitativos encontrados são superiores aos que se detectaram<sup>39</sup> para os primeiros quarenta anos do século XVII. O aparecimento de fenómenos ambientais degradantes do estado higio-sanitário das populações também teria contribuído para o agravamento das condições do parto.

Tal como já referimos, as normas sinodais estipulavam a prioridade do ministrante do baptismo de emergência. Para se poder aquilatar a observância das regras, procedemos à quantificação dos registos segundo os autores:

	MATRIZ					MADALENA				
	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	SOMA	1640-1657	1658-1668	1669-1703	1704-1715	SOMA
Clérigo	11	8	31	26	76	28	1	43	18	90
Parteira	9	5	41	13	68	7	7	50	10	74
Autor não especificado	9	1	5	4	19	10	3	2	1	16
Um homem	-	-	2	4	6	2	-	13	1	16
Uma mulher	-	-	-	-	-	-	1	1	1	3
SOMA	29	14	79	47	169	47	12	109	31	199

<sup>39</sup> João dos Santos Ramalho Cosme: *Ob. cit.*, pp. 65-68.



Em síntese, no cômputo global dos registos, atendendo à sua especificidade, observou-se a seguinte repartição:

	Matriz		Madalena	
	Nº casos	%	Nº casos	%
Clérigo	76	45.0	90	45.3
Parteira	68	40.2	74	37.2
Autor não especificado	19	11.2	16	8.0
Um homem	6	3.6	16	8.0
Uma mulher	0	-	3	1.5
TOTAL	169	100	199	100

Em consonância com o estipulado, os clérigos foram os que impuseram a água baptismal mais vezes nos momentos de perigo. Nas Constituições Sinodais do Bispado de Elvas recomendava-se que, na ausência dos clérigos, deveria recorrer-se a um substituto obedecendo aos seguintes critérios:

*“em defeito dos sobreditos, o poderá baptizar qualquer homem que saiba o necessario; e em falta de todos estes, o poderá baptizar qualquer mulher”<sup>40</sup>.*

Como se observa, no quadro atrás apresentado, a percentagem de baptismos realizados por homens foi diminuto. A actividade dos homens, como ministros do baptismo, em situações de emergência, foi pouco significativa. A generalidade apenas ministrou um baptismo e nenhum realizou mais de dois, o que demonstra uma actividade accidental<sup>41</sup>.

<sup>40</sup> *Primeiras Constituições Sinoadaes do Bispado d’Elvas*, título III, § 3, fl. 11.

<sup>41</sup> Para um conhecimento mais pormenorizado desta actividade por parte dos homens, passamos a apresentar o nome e o número de baptismos de emergência realizados pelos homens:

*Matriz* (Olivença)

Francisco Martins: 1; João da Silva: 1; Pedro Marques: 1; Matias Fernandes: 1.

*Madalena* (Olivença)

No que toca às mulheres convém distinguir se detinham ou não o “estatuto” de parteira. As possuidoras deste estatuto tinham a sua função devidamente referida nas *Constituições Sinodais*<sup>42</sup>. A importância da sua actividade pode comprovar-se pelo elevado número de actos em que im-puseram a água baptismal sobre a cabeça do neófito<sup>43</sup>, colocando-se logo atrás dos clérigos. Daí que, em cumprimento do estipulado, os priores tivessem assentado, por várias vezes, nos registos que as tinham examinado.

Como muito bem relembra Marinha do Nascimento Fernandes Carneiro,

*“até ao século XVIII, o parto não se concebe sem parteira, essa mulher de saberes práticos, vinda do fundo dos tempos, herdeira de pequenos segredos e do toque de mão daquela que a precedeu, confidente das suas companheiras, depositária da tradição. Personagem central da sua comunidade, com uma componente do sagrado, com autoridade moral, a sua função central, os seus poderes reais e simbólicos conduzem*

---

Sebastião Vieira: 2; Manuel Mexia Restrolho: 1; Doutor Manuel Roiz Pinto: 1; Sebastião Lourenço: 1; Francisco Pereira: 1; João Fernandes: 1; João Roiz: 1; Manuel Perdígão: 1; Francisco Roiz: 2; Manuel Roiz (moleiro): 1; Manuel Roiz (hortelão): 1; Manuel Fernandes: 1; Francisco do Amaral: 1, João de Brito: 1.

<sup>42</sup> *Primeiras Constituições Sinodales do Bispado d’Elvas*, título III, § 4, fl. 11.

<sup>43</sup> Face à importância da actividade destas mulheres na sociedade do seu tempo, passamos a identificá-las, registando o número de actos realizados por cada uma das parteiras.

Na *Matriz de Olivença*:

Inês Vaz - 5 baptizados [O primeiro baptismo aconteceu em 12 de Fevereiro de 1640 (A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, Matriz, Maço 12 (Baptizados)*, L<sup>o</sup> 1, fl. 13) e o quinto foi em 5 de Fevereiro de 1642 (*Ibidem*, fl. 48)]; Maria Martins - 3; Marina Raiz - 3; Maria Sanches - 1; Violante Garcia - 21 [O primeiro tem a data de 18 de Março de 1684 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 2, fl. 46) e o vigésimo primeiro está datado de 20 de Novembro de 1715 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 4, fl. 104)]; Francisca Mendes - 7 [O primeiro foi em 23 de Setembro de 1685 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 2, fl. 59)] e os últimos dois foram em 20 de Janeiro de 1696 (*Ibidem*, fl. 186)]; Violante Roiz - 1; Maria Álvares - 1 e Violante Soares - 2.

Na *Madalena (Olivença)*:

Isabel Raiz - 1; Leonor Lopes - 3; Maria Roiz - 4 [O primeiro aconteceu em 23 de Fevereiro de 1664 (A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, Madalena, Maço 3 (Baptizados)*, L<sup>o</sup> 3, fl. 17 v)] e o quarto foi em 14 de Abril de 1665 (*Ibidem*, fl. 25)]; Violante Garcia - 48 [O primeiro tem a data de 14 de Julho de 1673 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 3, fl. 97 v)] e o quadragésimo oitavo está datado de 18 de Novembro de 1714 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 4, fl. 123 v)]; Francisca Mendes - 7 [O primeiro registo é de 25 de Fevereiro de 1686 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 4, fl. 67) e o último tem a data de 7 de Maio de 1697 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 5, fl. 36)]; Maria Álvares - 3 [O primeiro tem a data de 13 de Agosto de 1702 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 5, fl. 100) e o terceiro está datado de 19 de Agosto de 1715 (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 6, fl. 136)].

(...) a que outros, que usufruem um parcela do poder, suspeitem dela, a controlem e vigiem”<sup>44</sup>.

O número de baptismos efectuado por mulheres que não estavam “oficialmente” incumbidas das funções de parteira foi diminuto. Estes casos são deveras específicos já que, além de nem sempre se fazer referência ao seu nome, explicitam-se preocupações sobre as suas capacidades como ministrantes do baptismo<sup>45</sup>. As mulheres, que não se incluíam nesta categoria, eram colocadas no último lugar da escala referida pelas normas sinodais. O número de baptismos de emergência realizados por elas foi exíguo.

À guisa de consideração final diríamos que as parteiras desempenharam um papel de grande importância nas suas comunidades, através do apoio às parturientes, bem como no seu papel de elos de ligação e de “instrumento” da Igreja institucional. Facto notório e demonstrativo da existência de uma acção organizada, encontra-se no elevado número de baptismos efectuado por algumas das parteiras.

### 3. A NUPCIALIDADE

O estudo da variável *nupcialidade* é fundamental para se conhecerem as populações do passado, já que a maior parte dos nascimentos tem origem no matrimónio, o que influencia a natalidade. Convém não esquecer que esta variável depende quase exclusivamente da vontade humana; quer isto significar que ela reflecte, com grande rigor, as opções e os comportamentos das sociedades antigas. Há autores que, inclusivamente, defendem que o papel regulador do sistema demográfico pertence a esta variável<sup>46</sup>.

---

<sup>44</sup> Marinha do Nascimento Fernandes Carneiro: *Ajudar a Nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV-XX)*, Porto, 2003, pp. 45-46.

<sup>45</sup> Para mais pormenores passamos apresentar as diversas informações, que se conhecem sobre cada uma delas:

- *Madalena*:

Um primeiro baptismo foi realizado, em casa, “por huma mulher” (A.M.E., *Registos Paroquiais, Olivença, freguesia da Madalena, Maço 3 (Baptizados)*, L<sup>o</sup> 3, fl. 57 v); num segundo, a criança foi baptizada por “hia molher com quem paria que se chama Joanna Roiz” (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 4, fl. 109) e no terceiro, Manuel foi “baptizado em caza por necessidade por Maria Correa, viuva de Antonio Pires” (*Ibidem*, L<sup>o</sup> 6, fl. 134).

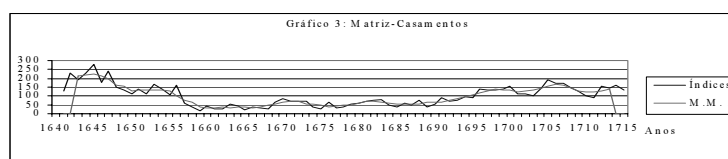
<sup>46</sup> J. Hajnal: “European marriage patterns in perspective”, in *Population in History. Essays in Historical Demography*, London, 1965, pp. 101-145; Pierre Chaunu, *Histoire Science Sociale*.

A este facto deve acrescentar-se que, comparativamente com os outros registos paroquiais, os quantitativos dos assentos matrimoniais são os que estão mais próximos da realidade<sup>47</sup>.

Por isso, passamos a apresentar, tal como já o fizemos para os baptismos, os números dos esponsais realizados anualmente em cada uma das freguesias oliventinas.

### 3.1. Evolução Quantitativa da Nupcialidade

#### SANTA MARIA DO CASTELO - MATRIZ



Pela leitura do gráfico anterior, constata-se que o pico máximo de casamentos se situou nos primeiros anos da década de quarenta. Ao nível dos valores brutos, o ano de 1645 deteve a liderança, com 56 ocorrências, seguindo-se-lhe 1647 com 48, 1642 e 1644, com 46 e, em quinto lugar, 1643 com apenas 39. A partir de finais desta década, o número de consórcios entrou em queda até 1659, data em que ocorreu o pico mínimo com apenas três registos. Tal resultado teve como causa a ocupação da vila, em 1657, pelas tropas

*La Durée, L'Espace et L'Homme a L'Époque Moderne*, Paris, 1974, pp. 289-293 ; David Sven Reher, *Town and country in pre-industrial Spain. Cuenca, 1550-1870*, Cambridge, 1990, pp. 189-243; Robert Rowland, "Microanálise e Regimes Demográficos", in *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para História das Populações*, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 1995, pp. 23-34.

<sup>47</sup> Manuel Martín Galán: "Fuentes y Metodos para el estudio de la Demografía Historica castellana durante la Edad Moderna", in *Hispania. Revista Española de Historia*, nº 148, Madrid, 1981, pp. 300-301.

castelhanas. Depois desta data, o número de bodas matrimoniais começou a subir, com particular incidência para os anos noventa, e jamais se notou uma queda significativa.

Para melhor corroborarmos as afirmações anteriores, passamos ao agrupamento dos dados por decénios:

<b>Década</b>	<b>nº de casos</b>	<b>%</b>	<b>média anual</b>
1640-49	353	23.3	39.2
1650-59	210	13.8	21.0
1660-69	75	4.9	7.5
1670-79	109	7.2	10.9
1680-89	120	7.9	12.0
1690-99	205	13.5	20.5
1700-09	288	19.0	28.8
1710-15	157	10.4	26.2
TOTAL	1517	100	20.2

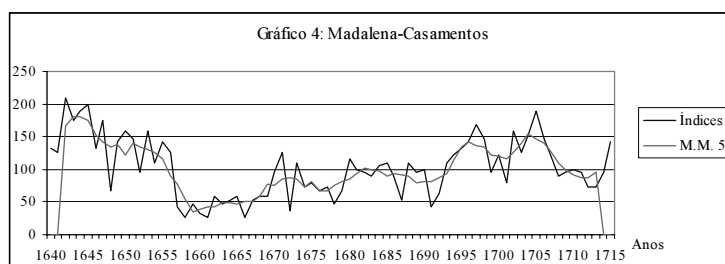
A análise do quadro apresentado está em consonância com o que anteriormente afirmámos. Assim, nota-se uma acentuada diminuição das médias anuais até ao decénio de sessenta, data em que atingiu o valor ínfimo,

Nos anos setenta, reiniciou-se a recuperação, mas só voltou a superar a média anual da série nos anos noventa. No último período (1710-1715), a média anual foi inferior à da primeira década de Setecentos (1700-09), o que denota as repercussões negativas da Guerra da Sucessão de Espanha no movimento nupcial oliventino. Registámos a existência de dois ciclos:

-1º (1641-1658):  $m = -8,20$

-2º (1659-1715):  $m = +2,37$

O primeiro valor comprova a fortíssima queda dos esponsais, enquanto que o segundo significa que o número de casamentos conheceu uma evidente recuperação a partir de 1659.

**MADALENA**

A linha dos índices e das M.M. 5 denota que houve uma descida até fins da década de cinquenta/princípios de sessenta, iniciando-se, então, um aumento do número de registos até meados da primeira década do século XVIII.

Por sua vez, o número máximo dos casamentos aconteceu em 1642. Neste ano, realizaram-se 40 matrimónios, ocupando os lugares seguintes os anos de 1645 e 1644, com, respectivamente, 38 e 36 ocorrências. Por sua vez, o valor mais baixo de consórcios teve lugar nos anos de 1658, 1661 e 1666 com cinco bodas, em ambos.

Para melhor documentarmos a evolução do movimento nupcial apresentamos os dados agrupados por décadas:

Década	nº de casos	%	média anual
1640-49	294	19.9	29.4
1650-59	200	13.5	20.0
1660-69	89	6.0	8.9
1670-79	148	10.0	14.8
1680-89	183	12.4	18.3
1690-99	213	14.4	21.3
1700-09	243	16.4	24.3
1710-15	110	7.4	18.3
TOTAL	1480	100	19.5

A média anual das diversas décadas comprova as asserções anteriores. É notório como o número de casamentos diminuiu, registando-se a média mais baixa nos anos sessenta, voltando a crescer nos períodos seguintes. Convém frisar, ainda, que a média dos anos quarenta não foi atingida em mais nenhum decénio e que a média dos últimos seis anos da série foi inferior à da década anterior. Nesta série também detectámos dois ciclos:

- 1.º) 1640-1660:  $m = -6,30$ .

- 2.º) 1661-1715:  $m = +1,36$ .

O valor da tendência destes dois ciclos espelha o comportamento do movimento nupcial oliventino ao longo dos 76 anos do nosso estudo. Pode dizer-se que, nos primeiros 21 anos, a recessão foi bastante acentuada, enquanto que, nos restantes 55, o número de casamentos apresentou sinais de recuperação moderada.

### 3.2. Sazonalidade dos Casamentos

O estudo da distribuição mensal das núpcias é importante, pois revela os factores que determinaram os comportamentos humanos. Em virtude do casamento ser um acto dependente da vontade humana, torna-se interessante descortinar quais foram, efectivamente, as causas que levaram os habitantes de um determinado espaço físico a optarem por certos meses para a realização das suas bodas matrimoniais.

Em síntese, pode confirmar-se que o descortinar das conexões causais da distribuição dos consórcios é um contributo relevante para um melhor conhecimento dos comportamentos e da mentalidade das sociedades antigas, face a um acto íntimo como o casamento.

Passamos a apresentar os resultados obtidos nas duas freguesias.

### MATRIZ

Meses	Número de casos				Porcentagem			Índices		
	1641// 1657	1658// 1668	1669// 1703	1704// 1715	1641 // 1657	1669// 1703	1704// 1715	1641 // 1657	1669// 1703	1704// 1715
Janeiro	66	7	61	45	12.0	11.2	12.9	141	132	152
Fevereiro	63	8	50	40	11.4	9.2	11.5	147	119	149
Março	24	5	35	20	4.3	6.4	5.7	51	76	67
Abril	37	3	32	25	6.7	5.9	7.2	81	72	87
Maió	55	12	70	26	10.0	12.9	7.5	117	152	88
Junho	26	8	37	20	4.7	6.8	5.7	57	83	70
Julho	63	3	38	25	11.4	7.0	7.2	134	83	85
Agosto	57	7	42	30	10.3	7.7	8.6	122	91	101
Setembro	52	5	40	42	9.4	7.4	12.1	114	89	146
Outubro	32	3	53	29	5.8	9.7	8.3	68	115	98
Novembro	38	8	52	22	6.9	9.6	6.3	84	116	76
Dezembro	39	4	34	24	7.1	6.2	6.9	83	74	81

No período decorrente de 1641 a 1657, os casamentos concentraram-se em três momentos: Janeiro-Fevereiro, Maio e Julho-Setembro. Na época<sup>48</sup> em que a vila esteve ocupada, as opções colocaram os meses de Maio e Junho em primeiro lugar, seguindo-se-lhes o bimestre de Janeiro-Fevereiro. A mudança deu-se na opção de Novembro, em detrimento de Julho, o que parece significar um menor respeito pelos períodos clausos do Advento (Novembro) e Quaresma (Março). Na época de paz (1669-1703), Maio foi o mês com maior número de ocorrências, o que pode querer significar a vivência de um clima de “renovação da natureza”, bem como a influência do factor económico. Janeiro e Fevereiro ocuparam o segundo lugar e Outubro-Novembro, o terceiro.

<sup>48</sup> Face à exiguidade dos quantitativos desta época, optámos por não calcular as percentagens nem os índices.



Esta última opção simboliza a manutenção da pouca influência negativa do Advento.

No último período deram-se algumas mudanças assaz significativas. Os dois primeiros meses do ano situaram-se nos lugares cimeiros das preferências; Maio perdeu importância nas preferências, o que é compreensível já que foi na Primavera que se realizou a maior parte das acções militares. Este clima de instabilidade era pouco propício à celebração das festividades do casamento; quer isto significar que a renovação foi quebrada pelos momentos de guerra e destruição. Setembro e Outubro, à semelhança do que aconteceu no primeiro período, voltaram a ocupar um lugar de destaque nas opções nupciais, ao mesmo tempo que Novembro voltou a ser pouco procurado para a realização dos matrimónios.

#### MADALENA

Meses	Número de casos				Percentagem			Índices		
	1641// 1657	1658// 1668	1669// 1703	1704// 1715	1641 // 1657	1669// 1703	1704// 1715	1641 // 1657	1669// 1703	1704// 1715
Janeiro	55	13	67	39	11.4	10.4	14.9	134	122	177
Fevereiro	54	8	70	24	11.2	10.8	9.2	145	140	119
Março	33	3	27	18	6.9	4.2	6.9	80	49	81
Abril	38	12	38	19	7.9	5.9	7.3	96	72	88
Maio	46	13	64	24	9.6	9.9	9.2	112	116	108
Junho	31	7	31	8	6.5	4.8	3.1	78	58	38
Julho	43	5	43	22	9.0	6.6	8.4	106	78	100
Agosto	50	6	54	24	10.4	8.3	9.2	123	98	108
Setembro	41	6	80	28	8.5	12.4	10.7	104	150	130
Outubro	36	9	78	18	7.5	12.0	6.9	88	142	81
Novembro	32	6	55	18	6.7	8.5	6.9	81	103	84
Dezembro	21	4	40	19	4.4	6.2	7.3	52	73	86

As considerações efectuadas para a Matriz aplicam-se também a esta freguesia. As diferenças cingem-se a aspectos de pormenor numérico sem qualquer repercussão ao nível conceptual.

### 3.3. Sociologia Matrimonial

O matrimónio constitui um dos fenómenos naturais de maior influência na vida social das pessoas. A escolha do consorte está muito dependente de diversas especificidades, entre as quais, cumpre destacar o relacionamento prévio entre os nubentes e respectivas famílias. Apesar desta relação, deve atender-se, também, à natureza do matrimónio e ao nível etário dos nubentes, como factores condicionantes da escolha do futuro parceiro.

Por isso, torna-se fundamental a identificação das ligações preferenciais dos contraentes, para, assim, se poder caracterizar melhor o relacionamento social da época e do espaço considerado. Dentro desta linha de entendimento, passamos a apresentar as opções encontradas nas diversas paróquias e nos vários períodos cronológicos:

#### MATRIZ

Períodos	Ambos solteiros		Um ou dois viúvos		Não especificados		TOTAL
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	
1641-57	271	49.1	193	35.0	88	15.9	552
1658-68	27	37.0	15	20.5	31	42.5	73
1669-03	322	59.2	207	38.0	15	2.8	544
1704-15	190	54.6	155	44.5	3	0.9	348
TOTAL	810	53.4	570	37.6	137	9.0	1517

#### MADALENA

Ambos solteiros	Um ou dois viúvos		Não especificados		TOTAL		Períodos
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	
1641-57	216	44.9	192	39.9	73	15.2	481
1658-68	41	44.6	43	46.7	8	8.7	92
1669-03	359	55.5	274	42.3	14	2.2	647
1704-15	146	55.9	115	44.1	0	-	261
TOTAL	762	51.5	624	42.1	95	6.4	1481

Desde logo, é visível como as percentagens dos registos sem referência ao estado civil dos nubentes diminuiu ao longo do tempo. Também é bastante notório como grande parte do registos da Matriz, durante o tempo em que esta vila esteve ocupada pelas tropas castelhanas (1657-1668), omite o estado civil dos cônjuges, o que reflecte a desorganização vivida nesta paróquia durante este período conturbado.

Assinala-se, ainda, que, regra geral, o número de consórcios entre dois solteiros suplantou a situação em que pelo menos um dos nubentes era viúvo. Mais uma vez, deve assinalar-se que, durante o segundo período, a freguesia de Madalena foi excepção, já que, nesta época, a percentagem dos casamentos em que pelo menos um dos nubentes casou em segundas núpcias superiorizou-se à dos casamentos entre solteiros.

Para melhor compreender o comportamento matrimonial, passamos a apresentar a tipologia de segundas núpcias:

	MATRIZ							MADALENA						
	Solteiro- -viúva		Viúvo- -solteira		Ambos viúvos		TOTAL	Solteiro- -viúva		Viúvo- -solteira		Ambos viúvos		TOTAL
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%		nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	
1641-57	104	53.9	44	22.8	45	23.3	193	102	53.1	47	24.5	43	22.4	192
1658-68	6	-	2	-	7	-	15	20	46.5	9	20.9	14	32.6	43
1669-03	91	43.9	73	35.3	43	20.8	207	138	50.4	90	32.8	46	16.8	274
1704-15	68	43.9	50	32.3	37	23.9	155	63	54.8	30	26.1	22	19.1	115
TOTAL	269	47.2	169	29.6	132	23.2	570	323	51.8	176	28.2	125	20.0	624

No cômputo global, a opção solteiro-viúva foi a mais significativa em todos os momentos, em ambas as freguesias oliventinas. A Matriz apresentou-se como excepção quando a vila esteve ocupada. Porém, os quantitativos deste período são demasiado exíguos para se poderem efectuar generalizações.

Estes dados podem ser indícios importantes para uma melhor caracterização da sociedade oliventina que passava momentos de guerra, crise

e conseqüente mortalidade, cuja particular incidência se observava nos homens dos estratos etários em princípio de idade activa. Pode, assim, dizer-se que os solteiros, particularmente os imigrantes, perante as dificuldades da conjuntura económica, desposaram preferencialmente as viúvas com situação económica razoável.

### 3.4. Endogamia e Exogamia

Antes de iniciarmos o aspecto migracional, tem interesse estudar a composição geral dos matrimónios, separando os que se realizaram entre naturais do lugar em estudo e os originários de outro espaço diferente. Todavia, como já referimos, nem sempre os registos contêm todos os elementos informativos sobre a naturalidade dos cônjuges. Apesar desta limitação, julgamos útil apresentar os dados encontrados, já que eles são outro importante caracterizador sociológico do comportamento matrimonial das populações<sup>49</sup>.

#### MATRIZ

	Ambos da Localidade	H. da terra / M. de fora	Ambos de fora	H. de fora / M. da terra	Não espe- cificado	TOTAL
1641-57	240	3	18	211	80	552
1658-68	12	1	10	7	31	61
1669-03	70	31	144	114	185	544
1704-15	14	23	88	69	154	348
SOMA	336	58	260	401	450	1505

<sup>49</sup> José Maria Merino Arribas: *La demografía de Torrejón de Ardoz en el siglo XVIII*, Alcalá de Henares, 1991, p. 230.

MADALENA

	Ambos da Localidade	H. da terra / M. de fora	Ambos de fora	H. de fora / M. da terra	Não espe- cificado	TOTAL
1641-57	161	11	24	224	61	481
1658-68	13	4	38	10	27	92
1669-03	62	34	174	110	267	647
1704-15	23	12	58	60	108	261
SOMA	259	61	294	404	463	1481

Importa salientar que o número de registos omitindo a naturalidade dos cônjuges continuou a ser muito elevado. Apesar desta particularidade, queremos anotar que o comportamento nupcial nas duas freguesias oliventinas não apresentou grandes diferenças. Assim, de 1640 a 1657, o maior número de actos nupciais, realizados na Matriz, foi entre dois nubentes naturais da vila. Por sua vez, na Madalena, a opção mais procurada teve, como parceiros, um homem imigrado e uma mulher de Olivença.

Esta tendência continuou durante o período em que a vila esteve ocupada pelas tropas castelhanas (1658-1668). Assim, o consórcio entre dois naturais de Olivença continuou a ser o mais realizado na Matriz, ao passo que na Madalena o casamento entre dois imigrados foi o que teve maior expressão. Esta diferença leva-nos a colocar a hipótese de que foram os residentes no núcleo mais central da vila - nobreza local<sup>50</sup> - que se mantiveram, enquanto que os moradores da zona mais periférica, quiçá, os mais desprotegidos, se ausentaram. Por este facto, a zona menos central foi a mais utilizada pelos espanhóis que, entretanto, fixaram residência em Olivença.

O período decorrente de 1668 a 1703 teve como realidade dominante os casamentos entre dois nubentes naturais de outras freguesias. Esta tendência continuou a ter uma expressão significativa nos primeiros anos do século XVIII.

---

<sup>50</sup> Alfonso Franco Silva: *La Villa de Olivenza (1229-1801)*, p. 48 refere que a nobreza oliventina era proprietária das casas mais belas, situadas no centro da localidade.

No cômputo global, urge anotar que a vila foi um importante centro de imigração, particularmente masculina, já que o maior número de casamentos registados foi constituído pelo par “homem de fora/mulher de Olivença”.

#### 4. A MORTALIDADE

A Demografia Histórica dedicou, nos últimos anos, grande parte dos seus esforços a aprofundar os conhecimentos sobre a mortalidade<sup>51</sup>. Pretende conhecer em que medida as variações desta variável microdemográfica, por vezes, acentuadas, condicionaram ou até inverteram formas e ritmos de crescimento populacional. Por isso, o conceito de crise demográfica quase se identifica com o de crise de mortalidade, já que, só esporadicamente, uma crise populacional, entendida em sentido estrito, derivou de modificações bruscas nos níveis de natalidade ou nas formas migratórias.

Segundo Vicente Perez Moreda, “toda a alteração demográfica dependia quase exclusivamente das sobremortalidades presentes, com carácter crónico, na maior parte das populações do passado”<sup>52</sup>.

Partilhando desta perspectiva, Josep Bernabeu Mestre refere que a presença das crises demográficas, “solía comportar un aumento extraordinário de la mortalidad. Esta circunstancia, junto a las elevadas cifras de mortalidad ordinaria, explica el escaso, cuando no nulo, crecimiento vegetativo que mos-

---

<sup>51</sup> Em Portugal, durante os últimos anos, foram publicados diversos trabalhos sobre a mortalidade. A título exemplificativo recordamos alguns: Emilia Salvado Borges: *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior. Cuba 1586-1799*, edições Colibri, Lisboa, 1996; Teresa Rodrigues: *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990; Maria João Guardado Moreira: *Vida e Morte no concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica (Século XVIII)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1993; João Cosme: “As crises de mortalidade no con-celho de Noudar-Barrancos, no século XVIII”, in *População e Sociedade*, nº 3, CEPFAM, Porto, 1997, pp. 151-163; Maria Luís Rocha Pinto: *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993, 2 vols., policopiada; Henrique Manuel Pebre Rodrigues David: *As Crises de Mortalidade no concelho de Braga 1700-1880*, Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUP, Porto, 1992, 2 vols., policopiada.

<sup>52</sup> *Las crisis de mortalidad en la España interior (siglos XVI-XIX)*, siglo vientiuno, Madrid, p. 61.

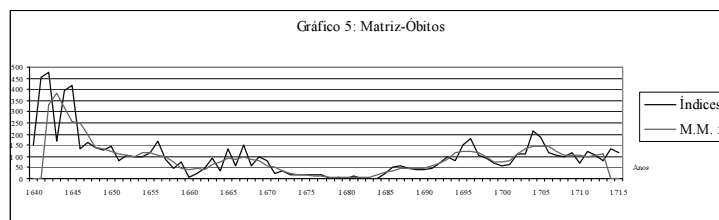
traban estas poblaciones”<sup>53</sup>. Segundo este professor de História da Medicina e de Saúde Pública, a natureza das crises demográficas dever-se-iam a dois tipos de factores. No primeiro grupo, denominado factores políticos, incluir-se-iam as guerras e os conflitos sociais, ao passo que, no segundo, classificado de factores biológicos, ter-se-ia em conta a fome e a carestia (alimentação insuficiente), enfermidades (de ordem epidémica, etc.) e catástrofes naturais<sup>54</sup>.

Tendo como “pano de fundo” estes considerandos, passamos à análise pormenorizada desta variável microdemográfica.

#### 4.1. Evolução Quantitativa da Mortalidade

Para melhor conhecimento desta variável, passamos a apresentar um gráfico com os valores dos índices e das médias móveis, indicadores da tendência num tempo médio, observados ao longo da série nas duas freguesias oliventinas.

#### MATRIZ



A conjugação dos dados dos índices e das M.M. 5 permite observar a existência de uma linha recessiva de 1640 até ao princípio da década de oitenta, começando, depois, a notar-se uma nova tendência - crescente da mortalidade. Convém frisar que o pico máximo ocorreu no biénio de 1641-1642 e que o pico secundário teve lugar nos anos de 1704-1705. Por sua vez, os mínimos

<sup>53</sup> *Enfermedad y población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica*, Seminari d'estudis sobre la ciencia, Valencia, 1995, p. 74.

<sup>54</sup> *Ibidem*, pp.74-76.

localizaram-se em finais da década de setenta e princípios da seguinte. Esta mesma asserção pode ser comprovada pelas médias de cada quinquénio, que passamos a apresentar:

Anos	nº de casos	%	Média anual
1640	71	2.0	71.0
1641-45	900	25.3	180.0
1646-50	334	9.4	66.8
1651-55	232	6.5	46.4
1656-60	179	5.0	35.8
1661-65	156	4.4	31.2
1666-70	209	5.9	41.8
1671-75	52	1.5	10.4
1676-80	19	0.5	3.8
1681-85	18 <sup>55</sup>	0.5	3.6
1686-90	112	3.2	22.4
1691-95	211	5.9	42.2
1696-00	236	6.6	47.2
1701-05	320	9.0	64.0
1706-10	242	6.8	48.4
1711-15	265	7.5	53.0
SOMA	3556	100	46.8

<sup>55</sup> O número de óbitos registados nesta freguesia, na 2ª metade da década de setenta bem como na primeira de oitenta, é extremamente diminuto, o que pode levar a colocar a hipótese de subregisto. Se os compararmos com os dados da freguesia da Madalena, observamos que os quantitativos desta freguesia são superiores; porém, a tendência é também é idêntica. Em ambas, nota-se uma forte diminuição da mortalidade, o que pode querer significar que a recuperação demográfica desta vila aconteceu no segundo lustro da década de setenta.



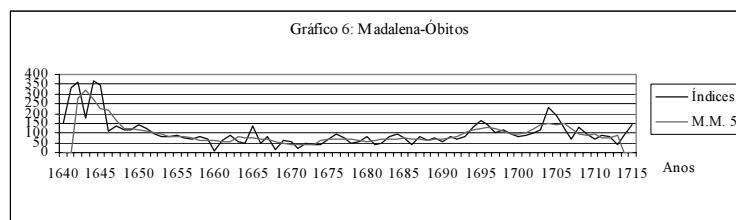
É notório como as médias desceram até à segunda metade da década de setenta e primeira parte da de oitenta, recomeçando a subir nos lustros seguintes. Houve, apenas, duas exceções a esta regra. A primeira localizou-se no período de 1666-70, já que teve a antecedê-la um resultado superior, e a segunda situou-se em 1706-1710, com uma média menor que a do momento anterior. Face aos resultados, poderemos dizer que estamos perante dois ciclos:

- 1º - 1640-1682:  $m = - 6,90$ .

- 2º - 1683-1715:  $m = + 3,10$ .

Tal como já referimos, estes valores permitem dizer que os ritmos da mortalidade nesta freguesia oliventina foram bastante diferentes. No primeiro notou-se uma sobremortalidade nos anos iniciais da série, seguindo-se-lhe uma forte redução até princípio da década de oitenta. No segundo, a tendência inverteu-se e o número de óbitos registados começou a aumentar a uma cadência média. Passamos a apresentar os resultados obtidos para a outra freguesia oliventina:

### MADALENA



A observação dos valores das colunas dos índices e M.M. 5 revela uma descida dos quantitativos da mortalidade, a partir de princípios dos anos quarenta até ao início da década de setenta. Seguiu-se, depois, um aumento até ao primeiro lustro do século XVIII. O pico máximo localizou-se nos anos de 1642 e 1644, enquanto que, no biénio de 1704-1705 se situou o pico máxi-

mo secundário. Por sua vez, o pico mínimo ocorreu nos anos de 1660 e de 1668. Pode sustentar-se, *grosso modo*, que o patamar cem do índice (valor médio) foi ultrapassado na década de quarenta, no quinquênio de 1694-98, no quadriênio de 1703-06 e nos anos de 1708 e 1715.

Para mais pormenores e seguindo um critério metodológico uniforme, passamos ao agrupamento dos dados por quinquênios:

Anos	nº de casos	%	Média anual
1640	62	1.9	62.0
1641-45	664	20.6	132.8
1646-50	259	8.0	51.8
1651-55	194	6.0	38.8
1656-60	128	4.0	25.6
1661-65	163	5.0	32.6
1666-70	107	3.3	21.4
1671-75	93	2.9	18.6
1676-80	150	4.6	30.0
1681-85	144	4.5	28.8
1686-90	131	4.1	26.2
1691-95	219	6.8	43.8
1696-00	224	6.9	44.8
1701-05	304	9.4	60.8
1706-10	203	6.3	40.6
1711-15	184	5.7	36.8
SOMA	3229	100	42.5

Pode, também aqui, dizer-se que, à excepção, pouco significativa, do período de 1661-65, a média anual diminuiu até ao primeiro lustro da década de setenta e subiu nos três quinquênios seguintes. Atingiu um resultado supe-

rior à média anual global nas duas metades da década de noventa e nos primeiros cinco anos do século XVIII, voltando a registar valores inferiores à média global nos últimos dois períodos da série.

Em consonância com o exposto, também nesta freguesia, a série apresentou dois ciclos distintos:

- 1º - 1640-1670:  $m = - 7,70$ .
- 2º - 1671-1715:  $m = + 1,69$ .

Comprova-se, assim, que a mortalidade regrediu nos primeiros anos da série, voltando a crescer a partir da segunda metade da década de setenta.

#### 4.2. Sazonalidade dos Óbitos

Após termos tratado a mortalidade sobre uma perspectiva essencialmente quantitativa, vamos abordá-la numa dimensão mais descritiva e qualitativa. Através do estudo das épocas do ano em que ocorreram mais óbitos, torna-se possível conhecer vários elementos que, ao nível ambiental, tiveram repercussões no quotidiano, contribuindo para que a mortalidade aumentasse.

Antes de mencionarmos os dados, anotamos que, por razões metodológicas, fizemos algumas opções. Assim, em vez de apresentarmos o número de óbitos de cada mês, preferimos englobar as ocorrências por trimestre, já que, *grosso modo*, a cada terço do ano corresponde uma estação. Dada a diversidade de situações vividas ao longo do período estudado, resolvemos dividi-lo em vários períodos cronológicos.

Depois destes considerandos, passamos a enumerar os valores encontrados para as paróquias oliventinas:

MATRIZ

	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		SOMA
	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	
1641-57	394	23.8	345	20.8	473	28.5	446	26.9	1658
1658-68	63	18.5	41	12.1	120	35.3	116	34.1	340
1669-03	157	18.2	169	19.6	254	29.4	284	32.9	864
1704-15	150	21.6	146	21.0	198	28.5	200	28.8	394
TOTAL	764	21.5	701	19.7	1045	29.4	1046	29.4	3556

## MADALENA

	1º trimestre		2º trimestre		3º trimestre		4º trimestre		SOMA
	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%	
1641-57	324	26.2	276	22.3	304	24.5	334	27.0	1238
1658-68	51	17.5	46	15.8	117	40.2	77	26.5	291
1669-03	241	21.1	218	19.1	308	26.9	376	32.9	1143
1704-15	117	20.8	110	19.5	163	29.0	173	30.7	563
TOTAL	733	22.6	650	20.1	892	27.6	960	29.7	3235

Os dados apresentados mostram que o terceiro e o quarto trimestres repartiram entre si a primeira posição no *ranking* dos trimestres com maior número de óbitos, pelo que, logicamente, o segundo semestre foi o mais mortífero.

Em jeito de síntese, importa frisar que esta repartição significou que os meses de final de Verão e de Outono se cotassem com os valores máximos, merecendo Outubro um realce especial. Por oposição, Fevereiro, Março, Abril e Maio foram os que registaram os quantitativos mais baixos<sup>56</sup>. Sabe-se que a causa deste comportamento se encontra na maior incidência que as infecções

<sup>56</sup> Os totais absolutos mensais, de cada uma das freguesias, foram os seguintes:

	Matriz	Madalena
Janeiro	278	263
Fevereiro	202	218
Março	284	246
Abril	241	222
Maio	221	204
Junho	239	224
Julho	326	276
Agosto	353	268
Setembro	366	348
Outubro	377	350
Novembro	360	300
Dezembro	309	310

intestinais tiveram nos meses de Verão; ao passo que as mudanças climáticas do Outono (frio e chuva) afectam, principalmente, os corpos mais debilitados nos mecanismos de auto-regulação e defesa imunológica, propagando-se, mais facilmente, as doenças broncopulmonares que atingem, maioritariamente, os mais idosos.

#### 4.3. Índice ou Relação de Feminilidade à Morte

Através desta medida conhece-se o número de óbitos de pessoas do sexo feminino por cada cem do sexo masculino. Os resultados obtidos foram os seguintes:

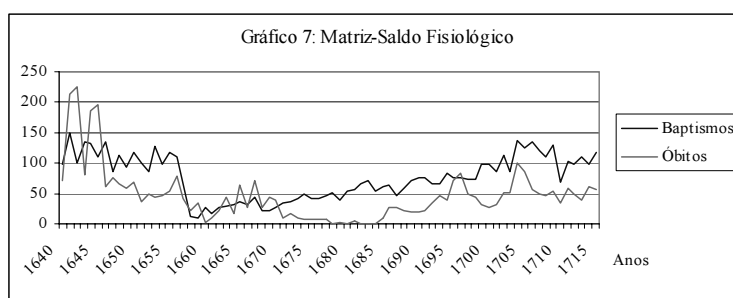
	1641-1657	1658-668	1669-1703	1704-1715	Total
Matriz	66.0	41.7	91.2	74.8	70.4
Madalena	79.4	55.6	72.8	71.1	73.2

Pela leitura dos elementos que acabámos de apresentar, ressalta que, na vila de Olivença, morreram muito mais homens do que mulheres. As explicações para esta realidade podem encontrar-se aos níveis de conjuntura político-militar e biológico-social. Convém frisar que, durante este período, Olivença sofreu as agruras das lutas da Restauração e da Sucessão de Espanha. Como os homens eram os que, maioritariamente, se incorporavam nas hostes militares, significando maior exposição às consequências mortíferas da guerra, é compreensível que tenha morrido um número de homens muito superior ao das mulheres. Facto que parece estar evidente no 2.º período oliventino (1658-1668), época em que a situação da vila se pode assemelhar a um presídio militar.

Deve lembrar-se, ainda, que, se nasceram mais rapazes do que raparigas, como se viu, é lógico que morressem mais pessoas do sexo masculino. Para além disto, deve assinalar-se que a necessidade de defesa militar da região levou a que Olivença ficasse fortemente marcada pela imigração masculina, o que torna compreensível que o número de óbitos masculinos fosse superior ao número de óbitos femininos.

#### 4.4. Saldo Fisiológico

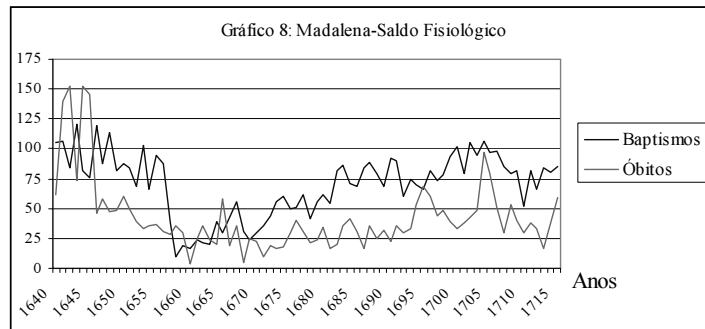
O cálculo do saldo fisiológico é deveras importante, já que indica a diferença entre o número de nascidos e o de mortos num determinado espaço de tempo. Todavia, convém frisar que os resultados obtidos devem ser tidos como relativos, pois que os registos de óbitos raramente tiveram em consideração a mortalidade dos menores de sete anos<sup>57</sup>. Quer isto significar que os quantitativos apresentados para a mortalidade estão subavaliados. Apesar desta relatividade, julgamos útil, num primeiro momento, proceder a esta operação.



Assim, se compararmos os resultados das duas variáveis em cada uma das freguesias, observamos que na Matriz houve vários anos com saldo fisiológico negativo. A sua localização temporal coincidiu com o período da Guerra da Restauração, com particular referência para o período em que a povoação esteve sob controlo militar castelhano (1658-1668). Nos anos de 1641-42,

<sup>57</sup> Vicente PEREZ MOREDA: "El estudio evolutivo de la mortalidad. Posibilidades y problemas planteados por los Registros Parroquiales del área rural soriana", in *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada a las Ciencias Historicas*, Santiago de Compostela, t. III, p. 309; Bettencourt Amorim, Norberta: *Exploração de Róis de Confessados duma Paróquia de Guimarães (1734-1760)*, Guimarães, 1983, pp. 22-24. Em Portugal, os registos de óbitos de menores de 7 anos só começam a ser praticados com regularidade a partir de meados do século XVIII. A falta de registos dos óbitos dos menores de 7 anos pode confirmar-se nas freguesias oliventinas em estudo.

1644-45, 1658-59, 1663, 1665, 1667, 1669-70 e 1696, o saldo foi deficitário. Nestes anos, os nascimentos contabilizaram 741 ocorrências, enquanto que os acontecimentos funerários atingiram 1220. Durante o período em estudo registaram-se 5808 baptismos e 3556 óbitos, o que quer representar que aquela variável suplantou esta em 2252 unidades.



Por sua vez, na freguesia de Madalena, o *déficit* fisiológico aconteceu nos anos de 1641-42, 1644-45, 1658-59, 1661-63, 1665 e 1669. Pode concluir-se que foi nos anos das lutas da Restauração, particularmente, no período em que a vila esteve ocupada pelas tropas castelhanas (1658-1668) que o número de enterros foi superior ao dos nascimentos. Nestes anos, a diferença cifrou-se em mais 299 óbitos do que baptismos (794 óbitos e 495 baptismos). No entanto, no período estudado registaram-se 5313 nascimentos e 3229 mortes, o que significa que aquela variável suplantou esta em 2084 unidades.

#### 4.5. Crises de Mortalidade

No seguimento do que se observou atrás, a mortalidade não se distribuiu uniformemente, durante o período em estudo. Torna-se, por isso, conveniente que determinemos não só os anos em que a sobremortalidade afectou a

população oliventina, mas também as possíveis causas destas ocorrências. Face ao inquestionável interesse em se proceder à comparação destas crises com as que ocorreram noutros espaços, recorremos à fórmula proposta por Jacques Dupâquier, na sua última versão.

Detectaram-se as seguintes crises:

**MATRIZ:**

- o quinquénio de 1641-45 foi marcado por uma crise, com intensidade de 42,43 e com magnitude de catástrofe; - ano de 1656, com intensidade de 3,17 e magnitude de crise média; - anos de 1665 e 1667, com intensidade, respectivamente, de 2,94 e 3,59, ambas com magnitude de crise média; - biénio de 1695-96, com intensidade de 8,16 e magnitude de crise importante; - biénio de 1704-705, com a intensidade de 8,61 e magnitude de crise importante.

**MADALENA:**

- quinquénio de 1641-45, com intensidade de 42,61 e com magnitude de catástrofe; - ano de 1665, com intensidade de 3,62 e magnitude de crise média; - quadriénio de 1703-706, com a intensidade de 13,68 e magnitude de crise importante; - ano de 1715, com a intensidade de 4,65 e magnitude de crise forte. Os dados permitem que sistematizemos as diversas crises.

Assim:

*a) Crise de 1641-45*

Durante estes anos, ambas as freguesias oliventinas sofreram um crise plurianual, de intensidade semelhante e de magnitude de catástrofe. Os conflitos bélicos foram a principal causa do aumento excepcional da mortalidade nesta vila raiana. A este propósito queremos lembrar que, no ano de 1644, a situação militar alterou-se profundamente na fronteira alentejana. Passou-se de uma fase de incursões portuguesas para uma situação de defesa e resistência aos ataques das tropas castelhanas. Convém, ainda, relembrar que, em 1644, a situação epidemiológica se alterou, já que a doença se instalou em algumas praças portuguesas, bem como em alguns presídios (Alconchel e Villa Nueva del Fresno) ocupados pelos Portugueses.

Em carta datada de 30 de Setembro deste ano, o Conde de Alegrete informava D. João IV desta nova realidade, dizendo-lhe que havia



*“muita gente enferma de febres e cesões (. . .). Este ano têm sido muy grandes as doenças que dêrão a estas praças”<sup>58</sup>.*

Para além destes factores, já referidos, importa acrescentar que as tropas portuguesas tinham vários meses de salários em atraso e que as condições higio-sanitárias não eram as melhores, o que facilitava a propagação da doença.

b) *Crise de 1656*

Esta crise apenas foi sentida na freguesia Matriz. Cremos que esta crise não teve por base o factor militar, já que durante este ano não houve conflitos bélicos na zona de Olivença. Sabe-se que o final de 1655 e todo o primeiro semestre de 1656 foram marcados pelo excesso de chuvas. Apesar desta contrariedade climática, os preços dos cereais nas zonas mais próximas não sofreram alterações significativas, o que nos leva a presumir que esta adversidade climática teria contribuído para o aparecimento de alguma virose, gerando, por conseguinte, esta sobremortalidade.

c) *Crises de 1665 e de 1667*

A crise de 1665 foi sentida em ambas as freguesias, enquanto que a de 1667 só se repercutiu na Matriz. Em ambos os casos a magnitude foi de crise média. Torna-se difícil descortinar a causa desta crise. Pensamos que a sua origem pode encontrar-se nos conflitos bélicos. Convém, por isso, lembrar que Olivença estava, desde 1657, sob a soberania castelhana e que, a partir de 1664, a situação militar portuguesa começou a reequilibrar-se. A título exemplificativo, lembramos que a batalha de Montes Claros aconteceu em 1665, e nos anos de 1666 e 1667, particularmente neste último, houve muitas arremetidas portuguesas contra a região oliventina.

d) *Crise de 1695-96*

Esta crise só se fez notar na Matriz. Certamente que esta ocorrência não teve como causa factores bélicos, já que se vivia um período de paz. A magnitude foi de crise importante. Esta crise teve como causa a subida dos

---

<sup>58</sup> *Cartas dos Governadores da Provincia do Alentejo a El-Rei D. João IV*, vol. II, p. 76.

preços dos cereais, motivada pelos maus anos agrícolas. Sabe-se, por exemplo, que em Olivença os preços cresceram no final de 1692 e em 1693, desconhecendo-se os valores de 1694 e 1695 porque a Misericórdia local não adquiriu cereais, dado o seu alto preço.

Por sua vez, sabe-se que nas zonas portuguesas mais próximas, nos anos de 1692, 1693, 1694 e 1695, os preços do trigo, da cevada e do centeio atingiram valores muito elevados<sup>59</sup>. Nestes mesmos anos, a carestia dos cereais foi sentida em diversas regiões do País. Por exemplo, em Cuba (Alentejo), o ano de 1694 “foi apontado como um dos anos mais estéreis”<sup>60</sup>. As colheitas de 1693 foram de tal maneira fracas que o prior de Santo Aleixo da Restauração, no concelho de Moura, não se coibiu de exarar uma nota à margem do registo de baptismo, efectuado em 31 de Dezembro de 1693, cujo teor é o seguinte:

“*Esteril anno o que nesta terra chamam onde nada se recolhe*”<sup>61</sup>.

#### e) *Crise de 1703-1706*

A freguesia Matriz passou por uma crise plurianual nos anos de 1704-05, enquanto que a crise observada na freguesia de Madalena circunscreveu-se ao período de 1703-06. Em ambos os casos, a magnitude foi de crise importante. As lutas militares entre Portugal e Espanha foram, novamente, as responsáveis por esta sobremortalidade. Mais uma vez, as periferias foram o “local sacrificado” pelos conflitos entre os Poderes Centrais destes dois Países, cujas marcas de destruição são evidentes nas crises de mortalidade sentidas nesta época em diversas zonas raianas de Portugal<sup>62</sup>.

Porém, convém não esquecer que, no Alentejo dos princípios do século XVIII, os preços dos cereais estão em fase ascendente e que alguns lugares que não estiveram directamente implicados nos conflitos da Guerra da Sucessão de Espanha sofreram uma crise de sobremortalidade nos anos de 1704-1705.

---

<sup>59</sup> João Cosme: *Elementos para a história do Além-Guadiana português (1640-1715)*, 1996, pp. 165-169.

<sup>60</sup> Emília Salvado Borges: *Ob. cit.*, p. 108.

<sup>61</sup> Arquivo Distrital de Beja, *Registos Paroquiais, Santo Aleixo da Restauração, baptismos*, L<sup>o</sup> 1, fl. 15 v.

<sup>62</sup> Sobre as crises de mortalidade no concelho de Idanha-a-Nova, neste período, veja-se Maria João Guardado Moreira: *Ob. cit.*, pp. 90-100.

Este facto leva a crer que, para além das armas, o tifo teria sido o coresponsável por esta sobremortalidade em Olivença<sup>63</sup>.

f) *Crise de 1715*

Esta crise apenas se fez sentir na freguesia de Madalena. As oscilações climatéricas observadas nos finais do século XVII continuaram a fazer-se sentir nos primeiros anos do século XVIII. Assim, o final de 1711 e a maior parte de 1712 caracterizaram-se por altos índices de pluviosidade<sup>64</sup>, enquanto que nos anos de 1713, 1714, 1715 e 1716 houve falta de chuva<sup>65</sup>. Por sua vez, o ano de 1710 fora fustigado por uma praga de gafanhotos, sem esquecer os conflitos militares que ocorreram durante a 1ª década e 1ª metade da década seguinte do século XVIII.

A conjugação destes factores facilmente explica a subida dos preços dos cereais nestes anos e a consequente sobremortalidade de 1715 que aquela freguesia oliventina sofreu.

#### **4.6. Estrutura Profissional segundo os livros de Registo de Óbitos**

As fontes da Demografia Histórica oferecem, por vezes, dados importantes para a História Social. Preenchem este requisito a generalidade dos registos de óbitos das freguesias em estudo, já que as actas referem a profissão de uma parte significativa dos homens que faleceram em Olivença. Tendo como intuito uma melhor caracterização sócio-demográfica da vila, agrupámos os dados segundo um critério dicotómico: a titularidade da soberania sobre a praça de Olivença.

Por isso, na primeira parte do quadro colocámos as informações respeitantes ao período em que a vila esteve sob soberania portuguesa (1640-1657 + 1669 - 1715), enquanto que a segunda parte se destinou aos dados

---

<sup>63</sup> Sobre esta mortalidade em Cuba, cf. Emília Salvado Borges: *Ob. cit.*, 114-115.

<sup>64</sup> João Cosme: *Ob. cit.*, pp. 160-161.

<sup>65</sup> Miguel Ángel Melón Jiménez: *Extremadura en el Antiguo Regimen. Economía y sociedad em tierras de Cáceres 1700-1814*, pp. 164-165; citado por Maria João Guardado Moreira, *ob. cit.*, p. 101.

referentes ao tempo em que a vila esteve sob o domínio das tropas castelhanas (1658-1668).

Para melhor conhecimento da realidade social, coligimos os dados no quadro seguinte<sup>66</sup>:

Sector de actividade	1640-1657 + 1669-1715		1658-1668	
	Freguesias		Freguesias	
	Matriz	Madalena	Matriz	Madalena
<b>Primário</b>				
<i>Agro-Pecuário</i>				
lavrador	11	40	-	-
trabalhador	1	9	-	-
segador	1	-	-	-
ganhão	2	2	-	-
hortelão	8	30	-	-
pastor	10	15	-	-
tosquiador	-	1	-	-
vaqueiro	1	1	-	-
porqueiro	5	2	-	-
rendeiro	1	1	-	-
lenhador	-	2	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>40</b>	<b>104</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>66</sup> Utilizámos como critério de agrupamento social os sectores de actividades. Este critério é seguido pela maior parte dos historiadores demógrafos espanhóis da época moderna, como, por exemplo, José Maria Merino Arribas: *La demografía de Torrejón de Ardoz en el siglo XVIII*, 1991, pp. 36-37; Fernando Cortés Cortés: *La población de Zafra en los siglos XVI y XVII*, Badajoz, 1983, pp. 100-101; Alfonso Rodríguez Grajera: *La población de Mérida en el siglo XVII*, Diputación Provincial de Badajoz, 1985, pp. 155-156.

<b>Secundário</b>				
<i>Têxtil</i>				
alfaiate	3	8	-	-
tecelão	1	8	-	-
cardador	2	2	-	-
laneiro	1	-	-	-
sirgueiro	1	-	-	-
sombreireiro	2	-	-	-
Subtotal	10	18	-	-
<i>Couros/Peles</i>				
sapateiro	10	11	1	-
correiro	-	1	-	-
Subtotal	10	12	1	-
<i>Madeira</i>				
abegão	2	6	-	-
carpinteiro	3	3	1	-
cadeireiro	1	-	-	-
cesteiro	-	1	-	-
Subtotal	6	10	1	-
<i>Metal</i>				
ferrador	7	4	1	-
ferreiro	7	5	-	-
Subtotal	14	9	1	-
<i>Barro/Construção</i>				
caleiro	1	-	-	-
oleiro	1	-	-	-
pedreiro	6	1	1	-
telheiro	1	-	-	-
empreiteiro das obras dos quartéis	-	1	-	-
Subtotal	9	2	1	-

<i>Alimentação</i>				
moleiro	5	4	-	-
padeiro	-	-	1	-
Subtotal	5	4	1	-
<i>Higiene</i>				
saboeiro	1	-	-	-
Subtotal	1	-	-	-
<i>Cera</i>				
Cerieiro	1	1	-	-
Subtotal	1	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>56</b>	<b>56</b>	<b>5</b>	<b>-</b>
<b>Terciário</b>				
<i>Administração e Justiça</i>				
juiz de fora	2	-	-	-
tabelião do judicial	-	1	-	-
tabelião do judicial e notas	-	1	-	-
tabelião de notas	-	1	-	-
carcereiro	-	1	-	-
porteiro	1	-	-	-
escrivão da câmara	1	-	-	-
juiz da alfândega e órfãos	-	1	-	-
escrivão dos órfãos	-	1	-	-
oficial do celeiro	1	1	-	-
assentista	-	1	-	-
familiar do Stº Ofício	-	2	-	-
Subtotal	5	11	-	-
<i>Comércio</i>				
almocreve	6	4	-	-
mercador	4	2	-	-

OLIVENÇA (1640-1715).  
População e Sociedade

807

tendeiro	1	7	-	-
Subtotal	11	13	-	-
<i>Bebidas/Alimentação</i>				
forneiro	2	-	-	-
taberneiro	1	-	-	-
Subtotal	3	-	-	-
<i>Higiene/Saúde</i>				
médico	1	-	-	-
cirurgião	1	3	-	-
boticário	-	2	-	-
sangrador	-	1	-	-
hospitaleiro	2	-	-	-
barbeiro	6	8	1	1
coveiro	1	-	-	-
Subtotal	11	14	1	1
<i>Ensino</i>				
estudante	-	1	-	-
mestre de latim	1	-	-	-
mestre de meninos	-	1	-	-
Subtotal	1	2	-	-
<i>Transportes</i>				
acarretador	4	-	-	-
Subtotal	4	-	-	-
<i>Doméstico</i>				
camareiro	-	-	1	-
caseiro	1	-	-	-
criado	22	21	3	4
Subtotal	23	21	4	4
<i>Militar</i>				
soldado	389	312	75	47

cabo	8	5	-	-
furriel	4	3	1	-
sargento	11	12	5	4
sargento-mor	-	-	-	2
alferes	17	17	8	14
oficial	-	-	-	1
tenente	1	16	10	7
capitão	20	32	9	13
tenente-coronel	2	-	-	-
tenente-general	-	-	-	1
artilheiro	4	9	-	2
mestre de campo	2	-	-	1
comissário-geral	1	-	-	-
ajudante	-	4	-	3
ordenança	-	1	-	-
mosquete	-	1	-	-
tambor	6	-	2	2
trombeta	-	-	-	1
pajém do alcaide	1	-	-	-
capelão	-	-	-	3
Subtotal	460	418	110	101
<i>Eclesiástico</i>				
minorista	1	-	-	-
sacerdote	36	31	4	-
mestre de capela	-	1	-	-
sacristão	-	1	-	-
charamela da igreja	-	1	-	-
ermitão	7	5	-	-
Subtotal	44	39	4	-
TOTAL	562	518	119	106



<b>Outras Situações</b>				
cigano	-	4	-	-
doutor	2	-	-	1
escravo	12	20	1	1
mendigo	1	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>15</b>	<b>24</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>SOMA</b>	<b>673</b>	<b>702</b>	<b>125</b>	<b>108</b>

Para melhor compreensão do quadro anterior, sintetizamos os dados da vila, durante os períodos em que esteve sob o domínio português, obtendo-se os seguintes resultados:

<b>Sectores</b>	<b>Totais</b>	<b>%</b>
Primário	144	10.5
Secundário	112	8.2
Terciário	1080	78.5
Outros	39	2.8
<b>TOTAL</b>	<b>1375</b>	<b>100</b>

Este último quadro apresenta uma interessante «radiografia» da sociedade oliventina. O sector terciário foi o mais representativo, atingindo, por isso, as percentagens mais altas. Tal facto comprova que, na vila, havia um elevado número de efectivos dos subgrupos militar e eclesiástico. Assim, num universo de 1375 registos de óbito, ocorreram 701 enterros de soldados e 67 de eclesiásticos.

Os subsectores dos serviços domésticos, higiene-saúde, comércio e administração-justiça, no plano dos efectivos, situaram-se nas posições seguintes, encontrando-se um número significativo de criados nas duas freguesias oliventinas. O sector primário ocupou o segundo lugar na escala das percentagens. Dentro deste grupo, três profissões adquiriam grande relevância: a dos hortelões, a dos pastores e a dos lavradores-trabalhadores.

Quer isto significar que a pastorícia tinha grande importância em Olivença, enquanto que a agricultura intensiva, de regadio e em pequenas parcelas (hortas) se praticava com preponderância no concelho de Olivença. Confirma-se, ainda, a prática da agricultura de sequeiro, encontrando-se um número elevado de lavradores e de trabalhadores.

O sector secundário era, percentualmente, o menos significativo dos três. Dentro deste grupo, algumas profissões detinham particular representatividade: alfaiates-tecelões, sapateiros, carpinteiros-abegões, ferradores-ferreiros e pedreiros. Convém, ainda, anotar o elevado número de moleiros, o que se justifica plenamente, devido à localização deste espaço junto ao rio Guadiana.

Por último, importa, ainda, realçar a existência de um grande número de escravos na vila de Olivença. Através dos registos de óbitos confirma-se a presença de ciganos, neste espaço nos séculos XVII-XVIII. Encontrou-se, ainda, um mendigo, o que pode corroborar a ideia de que o indigentismo era, na altura, um fenómeno com incidência urbana.

A segunda parte do quadro ajuda a compreender a realidade social oliventina, durante o período em que esteve ocupada pelas tropas castelhanas (1658-1668). Os valores obtidos indicam o predomínio absoluto do sector terciário, dentro do qual o subsector militar foi preponderante. A defesa da praça era a preocupação fundamental dos residentes, cujos chefes tinham ao seu redor criados, camareiros e escravos. Imprescindível era o apoio religioso e sanitário, por um lado, e a execução de certas tarefas essenciais ao desenrolar do quotidiano (carpinteiro, sapateiro, padeiro, ferrador e pedreiro), por outro.

A inexistência de qualquer referência ao sector agro-pecuário comprova a ideia de que a situação vivida na localidade não permitia que se dedicassem às actividades produtivas no exterior da fortaleza.

## 5. A MOBILIDADE - AS MIGRAÇÕES

Alguns anos atrás pensava-se que as comunidades rurais da Época Moderna eram fechadas; isto é, delas não se migrava. Todavia, actualmente, observa-se que as mesmas não eram estáticas mas abertas às influências exteriores<sup>67</sup>. Por isso, tentaremos traçar as origens dos fluxos migratórios. Alvarez

---

<sup>67</sup> Michael W. Flinn: *The European Demographic System. 1500-1820*, the Harvester Press, p. 65.

Santaló, a propósito da importância dos fenómenos migratórios no comportamento da sociedade, escreveu:

*“No creo necesario realizar un ditirambo de la importancia del fenómeno migratorio, cualquiera que sea la causa, el tiempo y el espacio donde se produzca. Entre todos los fenómenos demográficos, tal vez sea el migratorio el de más hondas repercusiones socioeconómicas, o a su vez el más directamente afectado por los sustratos físicos”*<sup>68</sup>.

Antes de iniciarmos o comentário dos dados pesquisados, queremos deixar duas notas de cariz metodológico-conceitual. Sabemos que nem sempre o registo de casamento de um nubente, com naturalidade diferente daquela em que o acto se realizou, significa migração, pois pode ter ido apenas consorciar-se à paróquia da noiva<sup>69</sup>; também, nem sempre a coincidência de local entre os registos de nascimento e morte, espelha imobilidade. Pelo meio destes dois actos importantes da vida humana existe um termo intermédio que é a *lifetime*, elemento bastante difícil de descortinar onde tal ocorrência se processou<sup>70</sup>.

Assim, recorrendo aos registos paroquiais dos casamentos e dos óbitos, apresentamos o número de referências sobre os naturais de outras localidades que se consorciaram em primeiras núpcias ou faleceram nas duas paróquias em estudo. Para melhor se compreender esta variável demográfica, subdividiremos os dados em dois subcapítulos, consoante a vila esteve sob a soberania portuguesa ou a espanhola. Esta divisão<sup>71</sup> tem subjacente não só uma opção metodológica, mas sobretudo epistemológica. Pretende-se descortinar as dinâmicas de mobilidade existentes em momentos distintos da história oliventina.

---

<sup>68</sup> *La población de Sevilla en el primer tercio del siglo XIX*, p. 215; cit. por José Maria Merino Arribas: *Ob. cit.*, p. 236.

<sup>69</sup> Maria Norberta Amorim: *Uma Metodologia de Reconstituição de Paróquias*, Braga, 1991; J. Pierre Pousou, “Introdução ao estudo das migrações antigas”, in Maria Luiza Marcílio, *Demografia História*, S. Paulo, 1973, pp. 139-170.

<sup>70</sup> Michael W. Flinn: *Ob. cit.*, pp. 66-67.

<sup>71</sup> Já utilizámos esta divisão quando, no capítulo 4.6., abordámos a estrutura profissional.

Pensamos que, com esta opção metodológica, tornam-se mais perceptíveis as consequências geradas pelas mudanças de dependência política, militar e administrativa na mobilidade demográfica. Além disso, detectam-se mais facilmente as origens dos fluxos militares que participaram na defesa da praça.

### 5.1. Durante os períodos em que Olivença esteve sob a soberania portuguesa

Neste caso, utilizamos a Província<sup>72</sup> como critério de agrupamento das localidades por áreas geográficas. Embora estejamos despertos para a amplitude e problemas ínsitos nesta opção, julgamos que pedagogicamente se apresenta mais correcta e vantajosa, pelo que passamos a apresentar diversos quadros-síntese com a origem dos migrantes das duas freguesias oliventinas:

#### 1-Proveniência dos Homens segundo os livros de Registo de Óbitos

	Alentejo		Minho		T.-os-Montes		Beira		Estrema-dura		Algarve		Ilhas		Outras		TOTAL
	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	nº abs.	%	
Matriz	163	38.2	12	2.8	6	1.4	70	16.4	146	34.2	4	0.9	3	0.7	23	5.4	427
Madalena	152	39.2	12	3.1	10	2.6	49	12.6	142	36.6	5	1.3	2	0.5	16	4.1	388

<sup>72</sup> A justificação deste critério é defendida por vários autores, entre os quais José M. Rabasco Valdés: “La Inmigración a Granada, 1665-1700: Fuentes para su estudio”, in *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada de las Ciencias Historicas. III - Historia Moderna*, Santiago de Compostela, 1975, pp. 317-360; Alfonso Rodríguez Grajera, *La población de Mérida en el siglo XVII*, 1985, p. 123.

**2-Proveniência dos Homens segundo os livros de Registo de Casamentos**

	Alentejo		Minho		T.-os-Montes		Beira		Estrema-dura		Algarve		Ilhas		Outras		TOTAL
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	
	abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		
Matriz	400	58.4	19	2.8	15	2.2	79	11.5	146	21.3	7	1.0	4	0.6	15	2.2	685
Madalena	444	60.9	22	3.0	15	2.1	92	12.6	127	17.4	7	1.0	2	0.3	20	2.7	729

**3-Proveniência dos Mulheres segundo os livros de Registo de Óbitos**

	Alentejo		Minho		T.-os-Montes		Beira		Estrema-dura		Algarve		Outras		TOTAL
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	
	abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		
Matriz	14	-	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	11	-	27
Madalena	25	-	-	-	1	-	1	-	3	-	-	-	7	-	37

**4-Proveniência dos Mulheres segundo os livros de Registo de Casamentos**

	Alentejo		Minho		T.-os-Montes		Beira		Estrema-dura		Algarve		Outras		TOTAL
	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	n°	%	
	abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		abs.		
Matriz	282	82.4	1	0.3	1	0.3	11	3.2	14	4.1	2	0.6	31	9.1	342
Madalena	284	83.3	1	0.3	1	0.3	20	5.9	11	3.2	-	-	24	7.0	341

Os quadros anteriores permitem apontar os vectores principais da migração com destino a Olivença. É visível e notório que os homens migraram em número muito superior ao das mulheres. Percentualmente, o Alentejo foi a região de origem da maior parte dos que migraram para Olivença. A proximidade foi a causa fundamental desta ocorrência, algo típico e natural neste género de migrações internas.

Porém, convém realçar que as gentes da Estremadura e da Beira, também, tiveram um peso significativo nesta dinâmica migratória; o que permite dizer que a mobilidade masculina, com destino a Olivença, caracterizou-se, ainda, por mais duas dinâmicas migratórias. Uma com origem no litoral em direcção ao interior, e outra, com origem na Beira, com uma direcção de norte para sul ao longo do interior. Os quantitativos com origem no Algarve foram diminutos, o que, *a contrario*, corrobora a afirmação anterior.

Por sua vez, a migração feminina teve origem quase toda no Alentejo. Todavia, os dados dos registos de casamento, respeitantes às mulheres, dão a conhecer que muitas mulheres espanholas se casaram em Olivença. Tal permite afirmar que, enquanto a mobilidade masculina foi essencialmente interna, destinando-se especialmente à participação nas tarefas militares, a feminina foi de natureza transfronteiriça; isto é, confirma-se a existência de um “mercado matrimonial” transfronteiriço.

Com vista a uma caracterização mais específica e pormenorizada desta mesma mobilidade, socorremo-nos dos dados dos diversos quadros colocados em anexo. Em perfeita consonância com o que acabámos de dizer, confirma-se que a maior parte dos migrantes masculinos eram naturais de pequenas localidades mais próximas, com especial destaque para as paróquias do termo concelhio (Contenda, Olor, S. Domingos de Gusmão e Tálega), o que comprova a fuga dos lugares do termo em direcção às muralhas protectoras da sede.

Depois destes, foram os originários de Elvas, Vila Viçosa, Estremoz, Portel que migraram em maior número para Olivença. No que toca à Província da Estremadura convém assinalar a presença dos naturais de Lisboa, Tomar, Ferreira do Zêzere, conjuntamente com várias outras freguesias deste concelho. No que toca à Beira cumpre assinalar a importância dos principais concelhos desta Província, como Guarda, Castelo Branco, Lamego, entre outros.

Na migração feminina, o factor proximidade foi muito mais significativo do que na masculina, já que a quase totalidade das mulheres provenientes do Alentejo era originária das freguesias do termo de Olivença, bem como das localidades vizinhas de Elvas, Vila Viçosa e Estremoz. Isto significa que

a dinâmica migratória não era uma acto descontextualizado, mas pelo contrário inserido numa dinâmica abrangente, de carácter comunitário com conexões ao nível da solidariedade.

O factor proximidade também foi determinante na imigração com origem nas localidades espanholas vizinhas, onde sobressaíram Alconchel, Cheles, Jerez de los Caballeros, Valverde e Torre de Santa Maria. Por fim, cumpre, ainda, frisar, que esta migração, maioritariamente, teve como destino a freguesia da Madalena que era a mais periférica, o que significa que os migrantes se concentraram no espaço, social e urbanisticamente, menos relevante.

### 5.2. Durante o período em que Olivença esteve sob a soberania espanhola

Para mais facilmente caracterizarmos a realidade migratória, neste período, no plano metodológico agrupámos as áreas de origem dos migrantes em três grupos: originários de Espanha, Portugal e Outras Zonas.

Os dados obtidos foram os seguintes:

	Livros de Óbitos				Livros de Casamentos			
	Homens		Mulheres		Homens		Mulheres	
	Matriz	Madal.	Matriz	Madal.	Matriz	Madal.	Matriz	Madal.
Espanha	43	71	14	25	10	45	9	37
Portugal	2	1	1	4	1	1	-	1
Outras	57	27	2	11	2	7	-	-
SOMA	102	99	17	40	13	53	9	38

Os resultados que acabamos de apresentar permitem, desde logo, dizer que a migração feminina praticamente não teve expressão neste período, o que se torna perfeitamente compreensível face à situação militar vivida na praça. É a realidade militar que explica os valores quase nulos respeitantes à mobilidade de portugueses para Olivença neste período, já que os antagonismos político-militares marcavam as relações bilaterais entre Portugal e Espanha.

Esta migração tinha origem em Espanha e também, de modo muito significativo, noutras zonas da Europa com conexões políticas a Espanha.

Por motivos de ordem pedagógica, subdividimos as localidades espanholas por Regiões, as quais subagrupámos por Províncias; enquanto que, as Outras Zonas foram divididas por Países.

Para melhor conhecimento das áreas de origem dos imigrantes espanhóis, passamos a apresentar alguns quadros síntese:

#### 1-Proveniência dos Homens segundo os livros de Registo de Óbitos

	<b>Matriz</b>	<b>Madalena</b>	<b>SOMA</b>
Extremadura	23	39	62
Andalucia	7	12	19
Aragão	1	1	2
Astúrias	-	4	4
Cantábria	1	-	1
Castelas	5	7	12
Catalunha	1	1	2
Galicia	3	2	5
Murcia	-	1	1
Navarra	-	1	1
Valencia	-	1	1
Vascongadas	1	1	2
Ilhas	1	1	2
<b>SOMA</b>	<b>43</b>	<b>71</b>	<b>114</b>



**2-Proveniência dos Homens segundo os livros de Registo de Casamentos**

	<b>Matriz</b>	<b>Madalena</b>	<b>SOMA</b>
Extremadura	3	24	27
Andalucia	-	7	7
Aragão	-	1	1
Castela e Leão	4	7	11
Catalunha	1	-	1
Galicia	1	4	5
Murcia	1	-	1
Vascongadas	-	1	1
Ilhas	-	1	1
SOMA	10	45	55

**3-Proveniência da Mulheres segundo os livros de Registo de Óbitos**

	<b>Matriz</b>	<b>Madalena</b>	<b>SOMA</b>
Extremadura	10	18	28
Aragão	-	1	1
Castela e Leão	2	6	8
Galicia	2	-	2
SOMA	14	25	39

#### 4-Proveniência dos Mulheres segundo os livros de Registo de Casamentos

	Matriz	Madalena	SOMA
Extremadura	6	27	33
Andalucia	-	1	1
Aragão	1	-	1
Cantábria	-	1	1
Castelas	2	7	9
Galicia	-	1	1
SOMA	9	37	46

As regiões da Extremadura, da Andalúcia, de Castela e Leão e da Galicia contribuíram com o maior número de registos nas duas paróquias olivençinas. O factor proximidade explica os quantitativos da Extremadura, da Andalucia e de Castela, pois estas duas últimas regiões são contíguas à Extremadura. Os números da Galicia confirmam a existência de uma vaga migratória para sul no século XVII.

Mais uma vez se confirma que os migrantes se instalaram maioritariamente na freguesia da Madalena. A leitura dos quadros específicos informam que a maior parte dos migrantes era natural de Almendralejo, Barcarrota, Burguillos, Salvaterra de los Barros e Valverde de Legañes.

O factor proximidade tornou-se mais eficaz e notório no caso da imigração feminina. Muitas destas mulheres, que se consorciaram em Olivença, dirigiram-se para esta localidade com seus pais quando eram pequenas. Para corroborar esta afirmação, trazemos à colação extracto de um registo de casamento, efectuado em 2 de Maio de 1665, no qual se declara que a nubente, Maria do Ó era

*“natural de Badajós por [h]aver vindo menina de alguns outo para nove annos”<sup>73</sup>.*

<sup>73</sup> AME, *Registos Paroquiais, Olivença, Madalena*, Maço I, L.º 6, fl. 19.

Uma última nota cabe à migração com origem na Europa. A Itália, a Alemanha, a Bélgica, França e Suíça foram as principais zonas de proveniência dos imigrantes europeus. A razão essencial deste movimento é de cariz militar; isto é, prende-se com a vinda de soldados em auxílio da causa castelhana. Por este motivo, a referência a mulheres naturais destas paragens resume-se aos livros de óbito. Quer isto significar, que elas já vieram consorciadas, em companhia de seus maridos.

Finalmente, cumpre realçar a existência de problemas de integração sócio-cultural dos soldados suíços, em virtude de não professarem a religião católica, motivando declarações de conversão à hora da morte<sup>74</sup> e enterros fora dos templos<sup>75</sup>.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao nível do cômputo global, o número de fogos registado no final do século XVII era muito próximo do que se verificara antes do 1º de Dezembro de 1640. Esta estagnação dos quantitativos demográficos é a consequência das doenças, fomes e, sobretudo, dos conflitos bélicos da Guerra da Restauração e da Sucessão de Espanha se terem dirimido de modo muito significativo neste espaço.

A análise micro-demográfica permite dizer que o número de baptismos apenas voltou a equivaler-se ao observado nos primeiros dois anos da década de quarenta, nos primeiros anos de *Setecentos*. Também o número de

---

<sup>74</sup> Esta afirmação pode comprovar-se pelo comentário que o Reitor da Matriz de Olivença exarou no livro de óbitos, cujo conteúdo passamos a transcrever:

“Acontesseo em o anno de 1665, estando em esta villa de Olivença os exgigaros e grizões de guarnição quando se retiraram ou fugiram da batalha de Villa Visoza, saindo o Reitor desta santa Igreja, dia de *Corpus Christi*, fes reparo que aqueles tersos não se arrodilhavam nem menos decobriam as cabezas, recordando que os mais eram hereges e todos deram cargas. Foi cauza miraculoza não matarem muittas pesoas, o Reitor e pobres clerigos (...)”. (AME, *Registos Paroquiais, Olivença, Matriz*, Maço IX, Lº 1, fl. 176).

<sup>75</sup> Esta afirmação pode comprovar-se pelo comentário que o Reitor da Matriz de Olivença exarou no livro de óbitos, cujo conteúdo passamos a transcrever:

“Depois de enterrado (...) se levantou hum rumor que o dito tenente era calvino e o reitor fes toda a deligencia. Por ser asim o mandou logo tirar fora; sendo asim que antes que o enterrasse fes o dito reitor informassão e depois se soube que os que o tinham jurado eram como elle”. (AME, *Registos Paroquiais, Olivença, Matriz*, Maço IX, Lº 2, fl. 6 v).

casamentos e de óbitos atingiu o patamar mais elevado no primeiro lustro daquela década, o que significa que, no período imediatamente posterior à Restauração, Olivença passava por uma dinâmica demográfica assinalável.

No que concerne ao comportamento sazonal, a maior parte das concepções concentrou-se nos meses de Fevereiro a Maio, o que se justifica pelo factor biológico-climático, inserindo-se no ciclo da renovação da natureza, próprio da Primavera. Também a ausência de actividades económicas nalguns meses deste período ajuda a explicar esta concentração de concepções nesta época do ano.

Por sua vez, em regra, os casamentos realizaram-se maioritariamente nos meses de Janeiro e Fevereiro. Nestes meses não havia impedimentos, nem de ordem religiosa nem de ordem económica, o que possibilitava a realização das festividades nupciais.

Também a mortalidade atingiu o seu pico máximo no biénio de 1641-1642. A partir desta data iniciou-se uma fase de tendência negativa até princípios dos anos oitenta. A linha de tendência inverteu-se, voltando a crescer até aos anos 1704-1705, os quais se cotaram como o pico máximo secundário. Os principais momentos de sobremortalidade aconteceram, precisamente, nos anos de 1641-45, 1656, 1665, 1667, 1695-96, 1703-1706 e 1715.

Pode dizer-se, por conseguinte, que a natalidade, a nupcialidade e a mortalidade deixaram transparecer sinais típicos de que estávamos perante o «regime demográfico de tipo antigo»

A migração com destino a Olivença foi essencialmente masculina e com origem no Alentejo. O factor proximidade geográfica explica esta realidade. Para além desta linha, detectaram-se mais duas dinâmicas migratórias muito significativas. Uma com origem na Estremadura e outra na Beira, o que demonstra que as migrações internas, no século XVII, em Portugal seguiam o sentido de Norte para Sul.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

Arquivo Municipal de Elvas

*Colecção Lavadinho*, Diversos, doc. n.º 265:

Registos Paroquiais

Concelho de Olivença:

Freguesia da Madalena:

Maço n.º 1, L.º 4: Casamentos: 1618-1643; e Óbitos: 1618-1643.

L.º 5: Casamentos: 1643-1657; e Óbitos: 1643-1657.

Maço n.º 2, L.º 1: Óbitos: 1657-1694.

L.º 2: Óbitos: 1694-1715;

L.º 3: Óbitos: 1715-1728.

Maço n.º 3, L.º 2: Baptismos: 1636-1657;

L.º 3: Baptismos: 1657-1678;

L.º 4: Baptismos: 1678-1693;

L.º 5: Baptismos: 1693-1705.

L.º 6: Baptismos: 1705-1716.

Maço n.º 7, L.º 1: Casamentos: 1691-1716.

Freguesia da Matriz (Santa Maria do Castelo):

Maço n.º 8, L.º 5: Baptismos: 1651-1677; e Casamentos: 1640-1678.

Maço n.º 9, L.º 1: Óbitos: 1635-1665;

L.º 2: Óbitos: 1666-1696;

L.º 3: Óbitos: 1696-1712;

L.º 4: Óbitos: 1712-1729.

Maço nº 11, Lº 1: Casamentos: 1678-1715;  
Lº 2: Casamentos: 1715-1736.

Maço nº 12, Lº 1: Baptismos: 1638-1657;  
Lº 2: Baptismos: 1678-1699;  
Lº 3: Baptismos: 1699-1709;  
Lº 4: Baptismos: 1709-1719.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

*Cortes*, maço 12, nº 1: Capítulos Especiais, apresentados pelos Procuradores do concelho de Olivença, às Cortes de 1641.

Biblioteca Nacional de Lisboa

Res. 127 A: Relação do Bispado de Elvas.

#### **OBRAS ESPECÍFICAS:**

AMORIM, Maria Norberta Simas Bettencourt: *Guimarães 1580-1819. Estudo demográfico*, INIC, Lisboa, 1987.

BERNABEU MESTRE, Josep: *Enfermedad y población. Introducción a los problemas y métodos de la epidemiología histórica*, Seminari d'estudis sobre la ciencia, Valencia, 1995.

BLANCO CARRASCO, José Pablo: *Demografía, Familia y Sociedad en la Extremadura Moderna. 1500-1860*, Universidad da Extremadura, Cáceres, 1999.

BORGES, Emília Salvado: *Crises de Mortalidade no Alentejo Interior. Cuba (1586-1799)*, Edições Colibri, Lisboa, 1996.

CARBAJO ISLA, Maria F.: *La población de la villa de Madrid. Desde finales del siglo XVI hasta mediados del siglo XIX*, siglo veintiuno editores, Madrid, 1987.

- CARNEIRO, Marinha do Nascimento Fernandes: *Ajudar a Nascer. Parteiras, saberes obstétricos e modelos de formação (séculos XV-XX)*, Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação, Porto, 2003, policopiada.
- CHAUNU, Pierre: *Histoire Science Sociale. La Durée, L'Espace et L'Homme a L'Époque Moderne*, Paris, 1974.
- CORTÉS CORTÉS, Fernando: *La ciudad de Badajoz en los siglos XVI y XVII. (Demografía y sociedad)*, Tesis Doctoral, 4 vols., s.d., dactilografada.
- *La población de Zafra en los siglos XVI y XVII*, edição da Diputación Provincial de Badajoz, Badajoz, 1983.
- COSME, João: *Elementos para a História do Além-Guadiana Português (1640-1715)*, Câmara Municipal de Mourão, 1996.
- “A população da Diocese de Elvas em 1724”, in *População e Sociedade*, nº 7, CEPESE, Porto, 2001, pp. 115-127.
- HAJNAL, J.: “European marriage patterns in perspective”, in *Population in History. Essays in Historical Demography*, London, 1965, pp. 101-145.
- MARCOS MARTÍN, Alberto: *Auge y Declive de un Nucleo Mercantil y Financiero de Castilla la Vieja. Evolución demo gráfica de Medina del Campo durante los siglos XVI Y XVII*, Universidad de Valladolid, 1978.
- MERINO ARRIBAS, José Maria: *La demografía de Torrejón de Ardoz en el siglo XVIII*, Alcalá de Henares, 1991.
- MONTEIRO, Henrique Jorge Coutinho de Almeida: *A População Portuguesa por 1700*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea apresentada à FLUP, Porto, 1997, policopiada.
- MOREIRA, Maria João Guardado: *Vida e Morte no Concelho de Idanha-a-Nova. Estudo de Demografia Histórica (Século XVIII)*, Livros Horizonte, Lisboa, 1993.
- PEREZ MOREDA, Vicente: “El estudio evolutivo de la mortalidad. Posibilidades y problemas planteados por los Registros Parroquiales del área rural segoviana”, in *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada a las ciencias Historicas*, T. III, pP. 309- .
- *Las crisis de mortalidad en la España Interior (siglos XVI-XIX)*, siglo vientiuno, Madrid, 1980.
- PINTO, Maria Luís Rocha: *Crises de Mortalidade e Dinâmica Populacional nos Séculos XVIII e XIX na Região de Castelo Branco*, Dissertação de

Doutoramento apresentada à FCSH da UNL, Lisboa, 1993, 2 vols., policopiada.

REHER, David Sven: *Town and country in pre-industrial Spain. Cuenca, 1550-1870*, Cambridge, 1990.

REHER, David-Sven e VALERO LOBO, Ángeles: *Fuentes de información demográfica en España*, Cuadernos Metodológicos, nº 13, Centro de Investigaciones Sociológicas, Madrid, 1995.

RODRIGUES, Teresa: *Crises de Mortalidade em Lisboa. Séculos XVI e XVII*, Livros Horizonte, Lisboa, 1990.

RODRÍGUEZ CANCHO, Miguel: *La villa de Cáceres en el siglo XVIII. Demografía y Sociedad*, Cáceres, 1981.

ROWLAND, Robert: “Microanálise e Regimes Demográficos”, in *Reconstituição de Famílias e outros métodos microanalíticos para História das Populações*, vol. I, Edições Afrontamento, Porto, 1995, pp. 23-34.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo: “Uma estimativa da População em 1640”, in *O tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668)*, Edições Colibri, Lisboa, 1994.

ZARANDIETA ARENAS, Francisco: *Almendralejo en los siglos XVI y XVII*, 2 tomos, Almendralejo, 1993.